



05 DE JUNHO DE 2017

Segunda-feira

- CURSO SINDIMETAL/PR: COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DA LIDERANÇA
- COMÉRCIO E INDÚSTRIA VÃO IMPULSIONAR CRESCIMENTO GLOBAL EM 2017, DIZ BIRD
- NOVAS MONTADORAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS SURGEM PARA CONCORRER COM A TESLA
- TOYOTA VENDE SUA ÚLTIMA FATIA NA TESLA E ENCERRA PARCERIA COM MONTADORA
- RHODIA TÊXTIL DESENVOLVE FIOS INTELIGENTES NA FÁBRICA DA REGIÃO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE EM ABRIL, MAS ACUMULA QUEDA NO ANO
- PSA CHEGA A 1,5 MILHÃO DE VEÍCULOS PRODUZIDOS NO BRASIL
- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA ALEMÃ TEME PERDER COMPETITIVIDADE APÓS EUA DEIXAR ACORDO DE PARIS
- VALLOUREC INICIA SELEÇÃO DE STARTUPS COM PROJETOS NA ÁREA DE DATA SCIENCE
- CADE INVESTIGA CARTEL ENTRE FABRICANTES DE AIRBAGS
- AR DO CARRO PODE FICAR MELHOR EM APENAS 15 MINUTOS; VEJA COMO
- ARGO ESTREIA COM TRÊS OPÇÕES DIFERENTES DE MOTOR E BOM ESPAÇO INTERNO
- RELAÇÃO ETANOL/GASOLINA DESACELERA A 69,83% EM MAIO EM SP, REVELA FIPE
- EMPRESAS BRASILEIRAS INVESTEM EM TECNOLOGIA AMBIENTALMENTE CORRETA
- PEQUENAS EMPRESAS CONTRATARAM 60% MAIS QUE GRANDES EM 2016
- EMPRESAS SÃO CONDENADAS A PAGAR R\$ 20 MILHÕES POR VAZAMENTO DE ÁCIDO SULFÚRICO
- INDÚSTRIA REPETE PIB E REGISTRA CRESCIMENTO GRACAS À EXPORTAÇÃO
- TRANSPARÊNCIA E 'EMPODERAMENTO' VIRAM ARMAS DAS MARCAS CONTRA CRISE
- EMPRESAS X TENTAM SAIR DE RECUPERAÇÃO
- CENÁRIO INTERNACIONAL FAVORECE NOVOS NEGÓCIOS DA UE COM O BRASIL, DIZ EMBAIXADOR

- CARF TEM SIDO FAVORÁVEL A CRÉDITOS DE PIS/COFINS SOBRE DESPESAS ADUANEIRAS
- GOVERNO FEDERAL INSTITUI O PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT
- SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA TERÁ IMPLANTAÇÃO POR SEGMENTO
- PROJETO EM CIDADE DA SERRA GAÚCHA DESBUROCRATIZA ABERTURA DE EMPRESA
- PROMESSA DE DORIA, CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SETE DIAS PATINA
- REFORMA AMEAÇA APOSENTADORIA DOS MENOS ESCOLARIZADOS
- ARTIGO: UM DEBATE SOBRE PREVIDÊNCIA
- BRASIL TEM 700 MIL ACIDENTES DE TRABALHO POR ANO
- REFORMA TRABALHISTA ELEVARÁ PRODUTIVIDADE, DIZ GOVERNO
- COMISSÃO DEBATE MP QUE ACABA COM DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
- DESTRUIÇÃO DE EMPREGO NA ATUAL RECESSÃO É A MAIS FORTE EM 25 ANOS
- RENDA SOFRE MENOS QUE EM OUTRAS CRISES ECONÔMICAS
- QUEDA DE JUROS VIRA OPORTUNIDADE PARA CONSUMIDOR RENEGOCIAR DÍVIDA
- NOVA LEI DO ISS DERRUBA RECEITA DE SEDES DE BANCOS
- O BNDES DO FUTURO BUSCA ONDE ESTÁ O NOVO, DIZ RABELLO
- RESGATES DOS TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO ESTANCAM NO 1º TRIMESTRE
- PRECISAMOS COMBINAR COM O SISTEMA BANCÁRIO DE AVANÇAR NO CRÉDITO, DIZ RABELLO
- RECESSÃO NO BRASIL ACABOU, DIZ PAULO RABELLO DE CASTRO
- INCERTEZA REDUZ OS INVESTIMENTOS
- SETOR DE SERVIÇOS VOLTA A DESACELERAR EM MAIO, MOSTRA PMI
- FOCUS MANTÉM PROJEÇÃO DE CORTE DE JUROS À ESPERA DA ATA DO COPOM
- ADESÃO AO NOVO REFIS VAI ATÉ 31 DE AGOSTO; PREVISÃO DO GOVERNO É ARRECADAR R\$ 8 BI

CÂMBIO		
EM 05/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,290	3,291
Euro	3,701	3,702

Fonte: BACEN

Curso SINDIMETAL/PR: Competências Essenciais da Liderança

05/06/2017 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Curso:
Competências Essenciais da Liderança

Dia: 30 de Junho de 2017
Horário: das 8h30 às 17h30
Local: SINDIMETAL/PR | Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba

Conteúdo Programático:	Investimento:
<ul style="list-style-type: none">✓ Relacionamento Interpessoal;✓ Empatia;✓ Auto percepção;✓ Heteropercepção;✓ Relacionando-se com a equipe;✓ Comunicação e Feedback;✓ Repassando instruções e orientações;✓ Comunicação assertiva.	<ul style="list-style-type: none">✓ Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 160,00✓ Empresas Filiadas *R\$ 225,00✓ Outros R\$ 320,00 <p>* Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.</p>

[Clique neste BOX e confira a programação completa.](#)

INSCRIÇÕES ATE O DIA
26 /06/2017

Faça AQUI a sua inscrição

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Comércio e indústria vão impulsionar crescimento global em 2017, diz Bird

05/06/2017 – Fonte: G1

O Banco Mundial manteve a previsão de que o crescimento global vai melhorar para 2,7% neste ano, citando aceleração na indústria e no comércio, confiança maior do mercado e a recuperação dos preços das commodities.

A atualização do relatório Perspectivas Econômicas Globais do banco de desenvolvimento marcou a primeira vez em vários anos que as previsões de junho não foram reduzidas em relação àquelas publicadas em janeiro devido aos maiores riscos ao crescimento.

A previsão de crescimento global do Banco Mundial em 2017 de 2,7% se compara à estimativa de 2,4% em 2016, valor elevado em 0,1 ponto percentual desde janeiro. O Banco Mundial disse que as economias avançadas mostram sinais de melhora, especialmente o Japão e a Europa, enquanto os sete maiores mercados emergentes - China, Brasil, México, Índia, Indonésia, Turquia e Rússia-- voltaram a ajudar a impulsionar o crescimento global.

"Com uma recuperação frágil mas real em curso, os países devem aproveitar esse momento para empreender reformas institucionais e de mercado que possam atrair investimentos privados para ajudar a sustentar o crescimento no longo prazo", disse o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, em comunicado.

O banco manteve a previsão de que o crescimento da China vai desacelerar para 6,5%, ante 6,7% no ano passado, e previu que os exportadores de commodities Argentina,

Brasil, Nigéria e Rússia verão o fim da recessão e retomarão um crescimento positivo neste ano.

Novas montadoras de veículos elétricos surgem para concorrer com a Tesla

05/06/2017 – Fonte: Gazeta do Povo (matéria divulgada no sábado-03-06-2017)

Montadoras com cara de startups surgiram como o mesmo propósito da empresa de Musk: fabricar apenas carros elétricos



Tesla é a montadora com o maior valor de mercado dos Estados Unidos. Jasper JuinenBloomberg

Apesar de ter apenas dois modelos em comercialização e de vender menos de 100 mil veículos por ano, a fabricante de carros elétricos Tesla é a montadora mais valiosa dos Estados Unidos. A empresa fundada por Elon Musk, o visionário da tecnologia, conseguiu esse efeito neste ano após superar as tradicionais montadoras Ford e General Motors (GM) em valor de mercado.

Mas se a Tesla ainda vende tão pouco, por que ela é a montadora mais bem avaliada dos EUA? A resposta está no fato de os investidores terem comprado a ideia de que veículos elétricos comandarão as estradas em um futuro próximo. As ações da empresa dispararam 43% desde o início do ano e a Tesla alcançou o valor de mercado de US\$ 51 bilhões, superando todas as suas rivais americanas.

Os investidores também compraram a ideia porque há algumas legislações ambientais em vigor, como a Euro-6 na Europa, que privilegiam veículos movidos a propulsores que não poluem o meio ambiente, como os elétricos. E a Tesla foi a montadora que saiu na frente ao apostar na tecnologia quando ainda nem era uma necessidade.

Mas, agora, já existem algumas empresas prontas para concorrer diretamente com a Tesla. São montadoras com cara de startups que surgiram como o mesmo propósito da empresa de Musk: fabricar apenas carros elétricos. Até mesmo as tradicionais montadoras, como Ford, GM e Volvo, se renderam à tendência e estão investindo em veículos híbridos e elétricos.

A única grande diferença para Tesla é que grande parte das concorrentes ainda está nas fases de testes e desenvolvimento. A comercialização dos veículos deve começar, na maioria dos casos, a partir de 2018. Até lá, a Tesla continua liderando sozinha a corrida dos veículos elétricos.

Confira quatro montadoras que produzem apenas veículos elétricos: Lucid Motors

A Lucid Motors é uma empresa recente, mas já tem uma missão ousada: fazer carros elétricos de luxo para competir com a Tesla. A empresa foi fundada neste ano e já tem um modelo de carro em desenvolvimento, o Lucid Air. A produção deve começar no fim de 2018, no estado do Arizona, nos Estados Unidos, e as primeiras entregas estão marcadas para 2019.

No site da montadora, já é possível reservar a compra do carro. O veículo terá um preço inicial de US\$ 52,5 mil e, até o momento, o valor está abaixo da faixa de preço praticada pela Tesla, que comercializa carros a cerca de US\$ 70 mil.

Faraday Future

Uma das empresas que estão apostando nos veículos elétricos é a Farady Future. A companhia mais se parece como uma startup do Vale do Silício do que com uma montadora. O seu primeiro veículo, chamado de FF91, ainda está em fase de desenvolvimento e um vídeo com um protótipo rodando pelas ruas da Califórnia, nos Estados Unidos foi divulgado recentemente. A expectativa é que o carro entre em produção e comercialização em 2018.

LeEco

Fora do território americano, onde está grande parte das montadoras com projetos de carros elétricos, encontra-se a chinesa LeEco. A empresa investiu US\$ 1,8 bilhão para construir uma fábrica no Leste da China com capacidade de produção de 400 mil carros elétricos. O seu objetivo é o mesmo entre todas as suas concorrentes: bater a Tesla.

O carro elétrico da montadora se chama LeSee. Além de ser elétrico, ele tem parte da direção que pode ser usada com navegação autônoma, ou seja, sem necessidade da interferência humana. O veículo ainda está em fase de teste.

NextEV

Outra concorrente chinesa é a NextEV. Ela está desenvolvendo na China o carro elétrico mais rápido do mundo, chamado de NIO EP9. O veículo atingirá a velocidade de 312 quilômetros por hora e foi apresentado ao mercado no fim do ano passado.

O carro, porém, terá uma produção limitada. É esperada a comercialização de apenas seis veículos - isso para garantir a exclusividade do modelo e também por causa do preço. O valor do carro ainda não foi divulgado, mas é esperado que ele custe bem caro, já que a produção de uma única unidade envolve custo de US\$ 1,2 milhão. A expectativa é começar as vendas ainda neste ano, primeiro na China.

Toyota vende sua última fatia na Tesla e encerra parceria com montadora

05/06/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo



A montadora japonesa Toyota vendeu a sua última fatia na Tesla, em um negócio que transforma a pioneira em carros elétricos de uma potencial aliada para uma feroz concorrente.

A venda -que ocorreu no fim do ano passado, mas só foi anunciada no sábado (3)- mostra como a parceria estratégica entre Tesla e Toyota foi perdendo força. A companhia japonesa deve anunciar em breve o lançamento de seu carro 100% elétrico.

Os valores do negócio não foram revelados. Em março do ano passado, a Toyota tinha 2,3 milhões de ações da Tesla, avaliadas em US\$ 481 milhões. A montadora asiática comprou em 2010 cerca de 3% da empresa de carros elétricos, por US\$ 50 milhões.

Nos últimos anos, surgiram atritos na parceria, especialmente pela diferença de cultura entre as duas empresas. Enquanto os japoneses pregavam uma atitude mais conservadora, prezando pela segurança, a Tesla tinha uma visão de valorizar o risco.

Rhodia Têxtil desenvolve fios inteligentes na fábrica da região

05/06/2017 – Fonte: DGABC



Pioneirismo é a palavra que resume a ação da Rhodia no Grande ABC. Prestes a completar 100 anos na região – a primeira planta começou a funcionar em Santo André em 1919 –, a fábrica tem criado não apenas produtos têxteis, mas também tendência naquilo que há de mais moderno em inovação tecnológica quando o assunto é fio. Nos últimos dois anos, o grupo fez investimento de cerca de R\$ 50 milhões na fábrica andreense para produzir cerca de 30 mil toneladas de fios por temporada.

Essa modernização pode ser observada nos produtos que, ao se tornarem peças de roupa, melhoram a microcirculação sanguínea e se biodegradam com mais rapidez na natureza.

A marca Emaná – uma das patentes do grupo – tem tecnologia avançada de produção do fio que age em camadas específicas da pele e oferece melhor desempenho para a circulação do sangue. Com patente criada na fábrica de Santo André, a Emaná já foi distribuída para todo o mundo e tem agradado, em especial, atletas e entusiastas de esportes.

“Muita gente não sabe, mas pode estar usando uma peça de roupa feita através de muita tecnologia aplicada nos fios, na fábrica aqui de Santo André”, explica um dos presidentes da Rhodia Têxtil Renato Boaventura. “Não é errado dizer que é uma patente made in Santo André”, brinca o executivo. Boaventura ainda aponta que, mesmo em épocas de crise, a empresa continua a investir.

Outro pioneirismo da Rhodia é um fio que recebeu o nome de Amni Soul Echo, que enquanto malhas comuns demoram até 70 anos para se biodegradarem em aterros, esta fibra demora apenas três anos para se decompor no solo, reduzindo os impactos deste tipo de descarte na natureza.

O início dos anos 2000 ficou marcado para o grupo como a era de tendências e inovações. Em 1992, quando já tinha 25 anos de know how no setor têxtil, iniciou desafios para fabricar suas bobinas de tecidos utilizando fibras. “O Emaná, por exemplo, levou mais de cinco anos de desenvolvimento. E constatamos que ele pode suprir dois mercados distintos, o de beleza e o esportivo”, explica Boaventura.

Guiado por quatro megatendências com apelo mundial – saúde e bem-estar, urbanização, conectividade e sustentabilidade – o conglomerado também sofreu impactos nos últimos anos de crise. E foram essas tendências e a busca pelo pioneirismo que fizeram a empresa margear as dificuldades, sem maiores danos.

Os produtos lançados pelo grupo e que aparecem como inéditos no mercado mundial passam por análise detalhada dos maiores laboratórios do País. “O Emaná e o Amni foram analisados por cientistas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)”, ressalta Boaventura.

Em setembro de 2011, a Rhodia passou a pertencer ao Grupo Solvay, empresa belga de multiespecialidades que trabalha no campo químico.

Empresa participou de experiência pioneira

O planeta Terra não é o limite para a Rhodia e para a Solvay. Em 2014, o grupo participou como um dos principais patrocinadores do projeto Solar Impulse, no qual um avião movido exclusivamente a energia solar completou viagem de 40 mil quilômetros em volta da Terra sem utilizar qualquer tipo de combustível fóssil.

Junto a esse marco histórico, também ficou registrada a eficiência das tecnologias sustentáveis e da energia renovável, que a empresa andreense pode contribuir.

Rhodia e o Grande ABC, por assim dizer, estiveram responsáveis pela confecção dos trajes utilizados pelos pilotos da aeronave. O fio têxtil usado foi exatamente o Emaná, produzido na planta da fábrica que fica em Santo André. A malha foi utilizada como uma 'segunda pele' e atuava para retardar o aparecimento da fadiga muscular, fator importante nesse tipo de voo, com cockpit de dimensões reduzidas.

Tanto as inovações da Rhodia quanto as da Solvay utilizadas no projeto pioneiro estão ao alcance dos consumidores em diversos tipos de segmentos, tais como automobilístico, aviação e vestuário.

O Solar Impulse, tripulado pelos pilotos Bertrand Piccard e Andre Borschberg, pousou em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, em julho de 2016. O executivo da Rhodia Renato Boaventura entregou uma carta, com agradecimentos, aos dois pilotos logo após a aterrissagem.

Com este projeto, Boaventura explica que tanto a Solvay quanto a Rhodia continuam com o objetivo de serem sempre a ponte entre a ciência e o progresso sustentável.

Produção industrial sobe em abril, mas acumula queda no ano

05/06/2017 – Fonte: DCI

São Paulo - A produção industrial cresceu 0,6% na passagem de março para abril, segundo Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, no acumulado do ano, o setor ainda registra queda de 0,7%.

"A produção mostra sinais de retomada na passagem de março para abril, mas na comparação anual o desempenho ainda é de queda [de 4,5%]", pontua o economista do Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) no Brasil, Mauricio Nakahodo.

Dos 24 ramos pesquisados, 13 tiveram resultados positivos na passagem de março para abril. As principais influências positivas foram registradas por produtos farmoquímicos e farmacêuticos (19,8%), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2%) e máquinas e equipamentos (4,9%).

"Em bens de capital, por exemplo, o resultado de abril sobre março já demonstra sinais de melhora após um longo período de quedas sucessivas", destaca Nakahodo.

Entre os onze ramos que tiveram recuo na passagem de março para abril, o desempenho de maior relevância para a média global foi assinalado pela indústria extrativa (-1,4%).

Já na comparação anual, a produção industrial registrou queda de 4,5% em abril, com resultados negativos em 18 dos 26 ramos pesquisados. Entre as atividades, produtos alimentícios (-16,4%) exerceu a maior influência negativa.

No acumulado de janeiro a abril, a produção industrial recuou 0,7% em 12 dos 26 ramos pesquisados. Entre as atividades, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,1%) e produtos alimentícios (-6,2%) exerceram as maiores influências negativas.

Perspectivas

O economista do MUG afirma que se o governo não conseguir aprovar as reformas, principalmente da Previdência, a retomada da produção industrial corre um grande risco. "Quanto mais essa situação de incertezas for prolongada, mais tempo a economia deve sofrer", pontua Nakahodo.

Segundo ele, o segmento de bens de capital é um dos que pode ter novas quedas ao longo do ano. "Essas indústrias dependem de uma retomada consistente da demanda, mas a ociosidade continua expressiva entre as empresas."

Nakahodo salienta ainda que o segmento de bens duráveis, altamente dependente de crédito, também corre riscos de ter novas quedas. "Além disso, esta é uma indústria que sofre influência do mercado de trabalho e a expectativa do consumidor de estar empregado - ou não - no futuro."

Ele revela que o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre veio um pouco acima do esperado, o que contribui para uma perspectiva positiva para a indústria no ano, ainda que sobre uma base deprimida. "Estamos trabalhando com uma projeção de crescimento de 0,6% do PIB industrial em 2017", estima.

PSA chega a 1,5 milhão de veículos produzidos no Brasil

05/06/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo **PSA** atingiu na sexta-feira, 2, o volume de >strong>1,5 milhão de veículos produzidos no Brasil desde que inaugurou a fábrica de Porto Real (RJ), em fevereiro de 2001 – há 16 anos. O modelo que completou o volume é um Peugeot 208. Além dele, o Polo Industrial Brasil, como a fábrica é denominada pela empresa, é responsável pela montagem dos modelos Peugeot 208 e dos Citroën C3 e Aircross.

"Atingir este recorde é motivo de enorme orgulho para todos nós e uma prova clara do nosso forte compromisso com o País", declarou o presidente Brasil e América Latina e membro do comitê executivo do Grupo PSA, Carlos Gomes. "Temos uma história de sucesso em nosso polo industrial no Brasil, que hoje exporta cerca de 50% de sua produção especialmente para outros países da América Latina. Graças aos nossos investimentos nos últimos anos, ele é um dos centros produtivos mais modernos do grupo em todo o mundo, plenamente capacitado para receber novos e inovadores produtos no futuro, em linha com nosso plano de crescimento rentável Push to Pass", completou.

Os veículos Peugeot e Citroën fabricados no Brasil atendem o mercado interno e o de exportação, principalmente os da América Latina, como Argentina, Colômbia e Uruguai. A planta de Porto Real tem introduzido novos processos de manufatura, como o *full kitting*, metodologia de abastecimento de peças na borda da linha de montagem, que já é aplicado na fábrica brasileira desde 2016 e que está sendo introduzido também na fábrica da PSA na Argentina (leia [aqui](#)).

"A isso se somam os constantes investimentos na capacitação técnica de nossos colaboradores. Buscamos sempre atingir uma maior eficiência operacional e nos manter alinhados com o padrão mundial de qualidade do Grupo PSA, para cada vez mais satisfazer os nossos clientes", afirma o diretor do Polo Industrial Brasil, Eduardo Chaves.

O polo brasileiro abriga ainda uma fábrica de motores e linhas de usinagem de peças para motores.

Indústria automotiva alemã teme perder competitividade após EUA deixar acordo de Paris

05/06/2017 – Fonte: DCI

A indústria automotiva alemã defendeu que a Europa reavalie seus padrões ambientais para permanecer competitiva após os Estados Unidos anunciarem a saída do acordo climático de Paris. Na quinta-feira, o presidente norte-americano, Donald Trump, disse que retiraria os EUA do acordo global de 2015 para combate às mudanças climáticas, desencadeando uma onda de indignação entre autoridades e lideranças da indústria.

"O anúncio infeliz dos EUA torna inevitável que a Europa facilite uma política climática economicamente viável e eficiente em custo para permanecer internacionalmente competitiva", afirmou nesta sexta-feira Matthias Wissmann, presidente do grupo VDA, que representa os interesses da indústria automotiva alemã, em comunicado.



"A preservação de nossa posição competitiva é a pré-condição para proteção climática bem sucedida. Essa correlação é frequentemente subestimada", disse Wissmann, acrescentando que a decisão dos EUA foi decepcionante.

Segundo o VDA, os preços da energia e da eletricidade já estão mais elevados na Alemanha que nos EUA, o que coloca os alemães em desvantagem.

O VDA representa montadoras como BMW, Volkswagen e a Daimler, da Mercedes-Benz.

O alerta feito pelo grupo surge após a chanceler alemã, Angela Merkel, uma das principais defensoras do acordo global para conter as emissões de gases que aceleram mudanças climáticas, afirmar que não havia volta para o acordo assinado em Paris, em 2015.

Vallourec inicia seleção de startups com projetos na área de Data Science

05/06/2017 – Fonte: DCI

Inscrições estão abertas até 30 de junho; empresas ou empreendedores individuais podem participar

Os candidatos devem enviar as inscrições, disponíveis no site da empresa em formato de formulário, para o e-mail vallourecopenbrasil@vallourec.com, até 30 de junho
Foto: Dreamstime



A Vallourec, especializada em soluções tubulares para o setor de energia e industrial, abriu inscrições para o Vallourec Open Brasil. O programa irá selecionar duas startups para desenvolver um projeto em conjunto com empresa na área de Data Science, método específico de análise de dados.

Os dois participantes vencedores receberão mentorias, treinamentos na empresa e acesso à rede de fornecedores e clientes da Vallourec. As vagas são para startups de base tecnológica ou empreendedores individuais.

Os candidatos devem enviar as inscrições, disponíveis no site da empresa em formato de formulário, para o e-mail vallourecopenbrasil@vallourec.com, até 30 de junho. A lista das startups selecionadas será divulgada no dia 14 de julho.

Após inscritos, os participantes deverão enviar um vídeo, de no máximo 5 minutos, apresentando suas propostas. Na sequência haverá análise de currículos dos empreendedores.

A última etapa, em 18 de setembro, conta com um processo de imersão na unidade do Rio de Janeiro da empresa, com até dez escolhidos. Os vencedores do programa serão revelados após esta etapa.

Cade investiga cartel entre fabricantes de airbags

05/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Cinco fabricantes de módulos para airbags, cintos de segurança e volantes para veículos com filiais no Brasil são alvo de processo administrativo aberto nesta sexta-feira, 2, pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em investigação sobre suposta prática de cartel internacional, com efeitos no Brasil.

Segundo o órgão vinculado ao Ministério da Justiça, há indícios de que Autoliv, Takata, Tokai Rika, Toyota Gosei e ZF/TRW combinavam preços, condições comerciais e descontos em negociações e vendas para as montadoras, além de dividirem o mercado entre elas, impedindo assim a concorrência.

“Também há evidências de que informações comercialmente sensíveis, como preços, volumes, capacidade de produção, entre outras, eram compartilhadas entre esses agentes”, informa o Cade. As práticas, diz o órgão, eram conduzidas por 29 pessoas ligadas às empresas por meio de contatos telefônicos, reuniões e troca de e-mails no período de 2005 a 2011.

Embora as empresas diretamente envolvidas tenham sede em outros países, o Cade explica haver indícios de efeitos no Brasil, seja por meio de exportação para as filiais ou para montadoras. Elas serão notificadas a apresentar defesas e poderão ser multadas caso seja comprovada prática anticoncorrencial.

Multas

A ação aberta nesta sexta-feira faz parte de processo conduzido pelo Cade desde 2014 envolvendo mais de 40 empresas de autopeças e pelo menos 100 executivos do Brasil.

Até agora foram abertos 11 processos administrativos e aplicadas multas de mais de R\$ 170 milhões.

A última delas, no valor de R\$ 20,6 milhões, foi aplicada recentemente à Autoliv por outro processo que a empresa respondia desde 2015.

O valor foi determinado após a direção da Autoliv ter assinado Termo de Compromisso de Cessação (TCC), em que reconhece participação nas condutas irregulares e se compromete a cessá-las. Além disso, vai contribuir com as investigações do Cade sobre outros envolvidos.

Procurada, a Autoliv não comentou esse caso. Sobre o novo processo, informa que envolve a unidade do grupo na Suécia. A Takata, também citada no processo de 2015, afirma que ficou isenta de penalidades, informação não confirmada pelo Cade.

Em relação à nova denúncia, a Takata também alega tratar-se de unidade externa e que aguardará a apuração. Em caso de envolvimento da filial brasileira, afirma que estará à disposição do Cade. O grupo japonês ficou conhecido por ser o fabricante de airbags defeituosos que geraram o maior recall global de veículos da história.

As investigações do Cade se intensificaram a partir de acordos de leniência (delação) feitos por filiais brasileiras de multinacionais já punidas por prática de cartel nos EUA, Europa e Ásia. A delação e o TCC reduzem o valor de multas pois as empresas revelam participantes e práticas do cartel.

De acordo com estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os preços de produtos em ambientes cartelizados são em média 30% mais altos do que na livre concorrência.

A Toyota Gosei do Brasil afirma desconhecer a ação, pois sua fábrica local foi aberta em 2013, após o período de investigação do Cade. A ZF avisa que irá comunicar seu posicionamento a partir da próxima semana. A Tokai Rika não respondeu ao pedido de entrevista.

O Cade ainda avalia denúncias envolvendo fabricantes de faróis, lanternas, luzes de freio, pisca alerta, chave de seta, cilindros, maçanetas, fechaduras, travas de direção e embreagens que podem ser alvo de processos.

As 11 ações já abertas contra o setor de autopeças envolvem empresas de velas de ignição, rolamentos, revestimentos de embreagem, radiadores, condensadores, sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado, limpadores de para-brisas, amortecedores, substratos de cerâmica para e sistemas de exaustão, entre outros.

Ar do carro pode ficar melhor em apenas 15 minutos; veja como

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Quando a servidora pública Helena Romeu, 27, dá carona em seu Fiat 500, prefere nem tocar no botão do ar-condicionado. É que um cheiro nada agradável sai dos dutos e invade a cabine quando o acessório é acionado, frio ou quente. "É um constrangimento enorme", diz ela.

O odor é sinal da proliferação de fungos e bactérias, que podem causar coriza, febre, tosse e outros sintomas.

Para se livrar do mau cheiro e conseqüentemente dos inimigos invisíveis, a higienização ajuda e vai bem além de colocar um "cheirinho agradável" dentro do carro.

É preciso usar bactericida próprio para ar-condicionado automotivo. A aplicação é simples, pouco custosa e pode ser feita em cerca de 15 minutos (veja na galeria).

Foi o que resolveu o mau cheiro no Volkswagen Jetta do músico Gel Fernandes, 61.

Ele conviveu com o odor desagradável por muito tempo e chegou a levar o sedã a um especialista, que sugeriu a abertura do painel para a retirada de um possível animal morto. "Um amigo falou da lata de bactericida, que resolveu até agora. É só fazer de tempos em tempos", conta.

Para cortar o problema pela raiz, segundo o engenheiro e integrante da comissão técnica da SAE Brasil Ricardo Takahira, a verificação e eventual troca do filtro de ar de cabine deve estar atrelada à higienização.

A função do componente é reter partículas e absorver odores e gases que entram para a cabine do automóvel. Quando não substituído, o filtro pode acumular mais resíduos do que suporta e até mesmo mofar e apodrecer.

O carro de Helena, comprado em 2012, passou por revisões na concessionária autorizada, com higienização no sistema de ar. Mas não houve a troca do filtro de ar de cabine (antipólen). "E eu nem sabia que existia", diz.

"A periodicidade da troca vai depender do uso do automóvel. Não há quilometragem prevista, mas o motorista deve entender que, se roda em uma cidade grande e poluída, a vida útil da peça é menor", explica Takahira.

Especialistas orientam que o equipamento deve ser acionado ao menos uma vez por semana. Outra dica é desligar o ar-condicionado alguns minutos antes de parar o carro, para dar tempo de haver secagem natural dos dutos antes de o veículo ficar completamente fechado.

POLUIÇÃO

A troca do filtro de cabine já foi considerada por muita gente como gasto desnecessário ou até luxo. Mas a qualidade do ar no carro virou questão de saúde.

Estudo divulgado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 2016 mostra que a poluição é o principal causador de problemas de saúde no mundo, levando 3 milhões de pessoas à morte por ano em todo o planeta.

O médico e presidente da Sociedade Paulista de Infectologia, Eduardo Servolo de Medeiros, afirma que o ar-condicionado, de modo geral, torna o ambiente interno do automóvel menos saudável, já que resseca as mucosas dos passageiros e aumenta a chance de infecções.

Se o equipamento não tem manutenção adequada, a propagação de micro-organismos nocivos aumenta e pode gerar uma série de complicações respiratórias.

"As chances de quadros de sinusite, rinite e até pneumonia e asma são reais. Passamos por vários processos irritativos quando inalamos essas bactérias. Quem tem a imunidade um pouco pior sofre mais", diz Medeiros.

A Tesla, marca de veículos elétricos e autônomos, criou um sistema de filtragem de resíduos de alta eficiência, capaz de reter elevados níveis de partículas perigosas.

No Brasil, a empresa Mi-cronAir apresentou, em 2016, uma evolução do filtro de ar de cabine comum, que usa carvão ativado. Trata-se de um filtro antialérgico com quatro camadas que promete absorver o mau cheiro e neutralizar partículas alergênicas e poluentes gasosos graças ao seu material, impregnado de ácido de frutas.

A empresa quer começar a vender a peça ainda neste ano. Ela deverá custar cerca de 30% a mais que um filtro de cabine comum, que hoje tem preço a partir de R\$ 30.

Argo estreia com três opções diferentes de motor e bom espaço interno

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

"A proposta é mais urbana, mas pode pegar a estrada sem medo", diz Robson Cotta, 59, gerente da área de engenharia experimental da FCA (Fiat Chrysler Automobiles).

O engenheiro tem pouco mais de 1,80 m de altura e está sentado no banco de trás do Argo, para mostrar o espaço disponível nesse novo hatch compacto.

A apresentação ocorre no autódromo da Fazenda Capuava, em Indaiatuba (a 98 km de São Paulo). A única opção disponível neste dia é a 1.8 HGT, que retoma a sigla esportiva usada pela marca nos tempos do hatch Brava.

O nome vem da mitologia grega: Argo era o barco no qual Jasão partiu em busca do velo de ouro. A Fiat dá uma longa explicação para justificar a escolha, que passa por pesquisas, consultorias, reuniões, listas e mais listas. Feliz é a Peugeot, que batiza qualquer coisa com três ou quatro números.

As primeiras impressões ao volante são obtidas na pista da fazenda, com curvas fechadas e retas curtas. É um bom lugar para perceber os movimentos laterais da carroceria e ver o quanto o Argo, na gíria dos fãs de carros, é "bom de chão".

A utilização de aços mais rígidos na construção explica a firmeza do compacto, que já havia sido detectada no mundo virtual.

"Estamos implementando um método computacional de desenvolvimento que dá 95% de confiabilidade no mundo real. As simulações matemáticas reduzem custos", diz Claudio Demaria, diretor de engenharia da FCA.

PADRÃO ELEVADO

O interior do Argo transmite o que há tempo não se via na linha Fiat: a impressão de se estar em um carro que pertence a um segmento superior. O padrão é o mesmo adotado na picape Toro.

A versão HGT tem detalhes em vermelho no painel e no quadro de instrumentos. A mesma cor aparece em um friso colocado no para-choque dianteiro, abaixo da grade.

O "índice de popularidade" surge nas diferenças entre as versões. As mais caras e potentes (equipadas com motor 1.8 de 139 cv) têm coluna de direção com regulagem de altura e de profundidade. Nas opções 1.0 e 1.3, o volante apenas sobe e desce.

Todos são equipados com ar-condicionado, direção com assistência elétrica e sistema "Start/Stop", que desliga o motor em paradas no trânsito e o religa instantaneamente ao se tirar o pé do freio. Isso reduz o consumo no trânsito urbano.

A carroceria tem proporções similares às do Chevrolet Onix, com vantagem para o Argo em espaço interno. O modelo GM lidera o mercado.

ENFIM, AUTOMÁTICO

O Argo é o segundo compacto da Fiat a receber uma caixa automática tradicional no Brasil em vez das robotizadas Dualogic ou GSR. O primeiro foi o diminuto 500.

O câmbio feito pela japonesa Aisin tem seis marchas e é item opcional nas versões 1.8 (Precision e HGT). Um passeio curto por São Paulo é suficiente para entender o quanto essa opção é mais agradável no uso urbano, com funcionamento livre de solavancos.

Contudo, quem quiser dispor dessa comodidade terá de pagar, no mínimo, R\$ 67,8 mil.

Sem querer, o Argo causa um problema na linha Fiat. Diante do novo carro, os pontos negativos dos demais modelos são ressaltados. Apenas o preço mais baixo justificaria escolher um Mobi ou um Palio em vez da novidade.

A situação também não é boa para o Uno: apesar das grandes mudanças que passou, suas linhas são basicamente as mesmas desde 2010.

Segundo Adriano Resende, diretor de marketing da FCA, o Argo vem para substituir o Punto e as versões mais caras do Palio, em um segmento que representa 60% das vendas de veículos compactos no país.

A Fiat prevê que a opção 1.0 (R\$ 46,8 mil) será a mais procurada, respondendo por 35% do mix. A marca projeta emplacar, ao menos, 5.000 unidades por mês, o que fará do Argo seu carro mais vendido. O líder Onix teve 15 mil licenciamentos em maio.

Relação etanol/gasolina desacelera a 69,83% em maio em SP, revela Fipe

05/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A relação entre os preços do etanol e os da gasolina diminuiu para 69,83% em maio, na comparação com 71,01% em abril na capital paulista, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Trata-se da menor equivalência mensal desde setembro do ano passado (67,75%).

O resultado está sutilmente abaixo da marca de 70%. Para especialistas, o uso do etanol deixa de ser vantajoso quando o preço do derivado da cana-de-açúcar representa mais de 70% do valor da gasolina.

A vantagem é calculada considerando que o poder calorífico do etanol é de 70% do poder do combustível fóssil. Com a relação entre 70% e 70,5%, é considerada indiferente a utilização de gasolina ou etanol no tanque.

Conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, que mede a inflação na cidade de São Paulo, o etanol ficou 2,72% mais barato no fim de maio, enquanto a gasolina teve retração de 1,08%. Em abril, os declínios nos preços foram de 5,10% (etanol) e de 1,98% (gasolina).

O grupo Transportes, que contempla a variação dos dois combustíveis, passou de alta de 0,16% no quarto mês do ano para 0,31% em maio, puxado especialmente pelos efeitos do reajuste em tarifas de transporte integração recentemente. Em maio, o IPC teve deflação de 0,05%, após inflação de 0,61% em abril.

Empresas brasileiras investem em tecnologia ambientalmente correta

05/06/2017 – Fonte: EM.com

Empresas de vários setores investem em inovações tecnológicas limpas e sustentáveis

Empreendedorismo, inovação e meio ambiente. Um tripé que do ponto de vista industrial, econômico, urbano ou agrícola deve estar dentro de uma equação cujo resultado é sempre igual ao menor impacto.

No Brasil, um dos países de maior riqueza natural, o tema é ainda mais oportuno. Aquém de outras nações que há muito tempo já investem em tecnologias limpas e sustentáveis, apenas nos últimos anos vê um crescimento do investimento de

empresas para tornar o negócio ambientalmente correto, com expertise suficiente para causar o menor dano possível.

Estudo da consultoria alemã Roland Berger mostrou, em 2009, que as empresas brasileiras investiram menos em meio ambiente do que a média internacional.

Enquanto no exterior, o setor privado investia cerca de 2% do seu faturamento em tecnologias sustentáveis, no Brasil, 54% das empresas aportavam até 1% das receitas. Acredita-se, porém, que podem ter havido variações nesses percentuais nos últimos anos, uma vez que as empresas têm investido muito em inovação, conforme destaca o diretor da Inseed Investimentos, Alexandre Alves.

Segundo ele, algumas questões se tornam primordiais no contexto atual. "Como recuperar aquela matéria-prima? Como usar menos agrotóxico? Como fazer mais coisas orgânicas? Mas tudo isso também pensando em rentabilidade e economia, pois o sustentável, a princípio, não pode ser mais caro, senão haverá uma restrição", ressalta Alves.

A mineira Inseed é gestora do Fundo FIP Inseed FIMA, um fundo de inovação em meio ambiente pioneiro no país criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). "Acreditamos que grande parte dos problemas ambientais atuais, gerados com a industrialização ou com a urbanização, podem ser acolhidos, equacionados e até minimizados com a aplicação de inovação tecnológica", explica o diretor da Inseed.

ORIENTAÇÃO DIRETA No mundo dos negócios, meio ambiente não é somente um olhar ecologicamente correto, mas um investimento que faz parte da composição do custo da empresa. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) trabalha com três linhas de ação. A primeira é o programa Minas Sustentável.

Criado para ajudar a indústria mineira a produzir com mais qualidade, respeitando o meio ambiente e apoiando o desenvolvimento social, ele oferece um amplo mapeamento de impactos ambientais e sociais, consultorias para regularização ambiental e ecoeficiência, capacitações e ações educativas.

"Antes, angariávamos demandas. Hoje, vamos até as empresas diretamente dar orientação para as adequações", explica o gerente de Meio Ambiente da Fiemg, Wagner Soares Costa.

A segunda é o Programa Mineiro de Simbiose Industrial, que reúne empresas de todos os setores industriais e melhora a eficiência de recursos. Ele trabalha com todos os tipos de recursos: resíduos, materiais, energia, água, logística e perícia. "É uma reunião presencial entre empresas de diversos setores que avalia o que pode ser reaproveitado entre uma e outra.

Por exemplo, se eu gero acetona e há uma outra empresa que produz tinta com valor de mercado mais baixo, ela pode usar esse resíduo do meu produto. Em vez de dispor no aterro industrial, faz-se a troca. Esse tipo de trabalho tem conseguido desviar do aterro muita quantidade de resíduo que será reaproveitado por outra empresa", explica Costa.

Por fim, a federação tem apostado no reuso de água, atuando próximo aos comitês de bacia para orientar empresas a buscar adequação nesse quesito. Essa é, aliás, uma das premissas do setor mineral, de acordo com o diretor administrativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), Cristiano Parreiras.

"O investimento em sustentabilidade é constante no dia a dia do setor, com destaque para a recirculação de água, cujos índices de recirculação são superiores a 95%, e reaproveitamento de resíduos e rejeitos", afirma. Segundo ele, a implementação de

políticas voltadas para a área ambiental é uma realidade em todas as empresas minerais do estado, tendo em vista as inúmeras compensações condicionantes exigidas ao longo dos processos de licenciamento ambiental.

Parreiras lembra ainda que o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, na Região Central do estado, acendeu o alerta máximo para todas as empresas do setor. "O resultado disso é o grande número de eventos que já houve ao longo deste ano, discutindo novas formas de disposição de rejeitos e maneiras mais seguras de construção de barragens, tendo como pano de fundo a tragédia", relata.

Recurso para menores

Entre as iniciativas de inovação, há um espaço para as pequenas e médias empresas inovadoras que buscam desenvolver soluções que impactam direta e positivamente o meio ambiente. A principal questão dessas empresas menores é ter acesso a recursos para conseguir fazer isso em escala maior e velocidade. O Fundo FIP Inseed FIMA, gerido pela Inseed Investimentos, vem para preencher essa demanda. Empresas do setor de tecnologias limpas, com faturamento de até R\$ 20 milhões ao ano, podem candidatar-se a receber aporte de capital do Fundo. São R\$ 165 milhões de capital comprometido para aporte em até 20 empresas até o fim de 2017. O Fundo contempla três eixos de investimento: soluções ambientais, tecnologias avançadas e agropecuária sustentável, e novos modelos. Informações e inscrições pelo site: <http://www.inseedinvestimentos.com.br/fundos/fima/>

Entrevista com Alexandre Alves - diretor da Inseed Investimentos

Por que, num país naturalmente rico como o Brasil, a questão ambiental é tratada ainda pelo mercado de maneira tão incipiente?

Justamente por sermos um país tão rico e abundante a temática do meio ambiente é ainda tratada de maneira incipiente. Em países onde a escassez de recursos é mais presente na sociedade, como o Japão, a restrição força aquela sociedade a olhar com mais foco e atenção para a questão ambiental. Mas temos visto este cenário mudar, por isso entendo, como gestor de um fundo ambiental, que a tendência é se investir cada vez mais na sustentabilidade nos próximos anos. O mercado cada dia mais vai tratar o meio ambiente com mais respeito e integrado aos negócios.

Qual o caminho a seguir e que patamares são desejados na área de mineração?

Só há um caminho a seguir, ou melhor, a ser almejado: o completo entendimento de que somos parte deste ecossistema. Precisamos nos reintegrar com a nossa natureza, reconhecendo que aquilo que fazemos ao meio ambiente reflete diretamente no nosso cotidiano e no ambiente em que vivemos. Precisamos respeitar e cuidar do meio em que vivemos, pois é dele que retiramos os recursos indispensáveis à vida.

Que tipo de segmento hoje mais se destaca no Brasil entre as empresas que mais usam tecnologias sustentáveis?

As empresas que mais se destacam nas iniciativas ambientais também são aquelas que mais impactam. Destacaria as de energia, porque eles são transversais na matriz econômica do país. As do agronegócio: pelo seu impacto e extensão no Brasil. E também a indústria, como destaque para as de petroquímica e de celulose, paisagens e madeiras. Lembrando que os investidores, principalmente, os internacionais tem incentivado e exigido práticas sustentáveis destas empresas.

Pequenas empresas contrataram 60% mais que grandes em 2016

05/06/2017 – Fonte: Portal Contabil SC



As micro e pequenas empresas admitiram 9 milhões de trabalhadores em 2016, 60% mais que os 5,7 milhões contratados pelas grandes e médias empresas no período. A informação é do levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

O número maior de contratações das micro e pequenas empresas verificou-se em todas as faixas etárias. O maior número de contratações por parte dos pequenos empresários, no entanto, ocorreu na faixa etária de 25 a 39 anos, em que as micro e pequenas empresas empregaram 4,3 milhões de trabalhadores, 59,2% mais que os 2,7 milhões das médias e grandes empresas.

A segunda faixa etária com mais contratações pelos pequenos negócios foi abaixo dos 24 anos. Nesse caso, as micro e pequenas empresas empregaram 2,8 milhões de trabalhadores em 2016, 55,5% a mais que o 1,8 milhão contratado pelas médias e grandes no mesmo período.

A análise mostrou ainda que tanto as empresas pequenas quanto as grandes dão preferência à contratação de trabalhadores mais jovens. A maioria dos contratados nos dois tipos de empresa têm entre 25 e 39 anos. Nas micro e pequenas empresas pessoas dessa faixa etária representaram 47,5% dos contratados no ano passado. Nas médias e grandes empresas, corresponderam a 47,4%.

Os trabalhadores acima de 65 anos representaram um percentual muito pequeno dos contratados em 2016: 0,3% nas micro e pequenas empresas e 0,2% nas médias e grandes. Quando compara-se a quantidade de contratados em números absolutos, no entanto, os pequenos negócios saem à frente. Enquanto médios e grandes empresários contrataram 11.120 pessoas nessa faixa etária em 2016, os pequenos empreendedores contrataram 24.454, o equivalente a 120% a mais.

Automação

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, avalia que características específicas das micro e pequenas empresas contribuíram para que elas garantissem mais contratações que as médias e grandes em meio à crise econômica.

“O desemprego na grande empresa não é só conjuntural, é estrutural. As grandes empresas estão eliminando postos de trabalho, usando mais automação. A pequena empresa não tem tanta tecnologia, além de ter grande presença no setor de serviços [intensivo em mão-de-obra]”, afirma.

O economista Gilberto Braga, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc, no entanto, analisa que a própria crise econômica contribuiu para a criação de empregos em micro e pequenas empresas, ao empurrar profissionais desempregados para o trabalho por conta própria.

“O ambiente de crise empurra muitos profissionais de empregos tradicionais para se tornarem empreendedores. Essas pessoas, que perderam empregos formais, acabam

abrindo a própria pequena empresa e, conseqüentemente, contratando outras pessoas. É um fenômeno comum”, destaca.

Jovens e idosos

Para Afif Domingos, a pesquisa mostra que pequenas as empresas são “porta de entrada e saída” para o mercado de trabalho, por contratarem pessoas no início e fim da carreira. Segundo o presidente do Sebrae, a contratação dos mais jovens deve-se à possibilidade de treinamento da mão-de-obra.

“Uma empresa grande quer alguém que ela não tenha que treinar. Ela quer o mais qualificado. Na pequena empresa o funcionário vira auxiliar de caixa, depois gerente, vai fazendo a carreirinha dele”, comenta.

O presidente do Sebrae ainda atribui a contratação de maior número idosos a um ambiente “mais humano” nas micro e pequenas empresas. “A pequena empresa é uma macrofamília. O ambiente é muito pessoal. Há um relacionamento mais humano. Muitas vezes o funcionário da pequena empresa vai ao médico frequentado pelos donos”, exemplifica.

O economista Gilberto Braga ressalta que o profissional jovem custa mais barato para a pequena empresa, que dispõe de um caixa mais modesto. Além disso, o treinamento é mais viável. “Pelo fato de você ter na pequena empresa, normalmente, um dono que participa da gestão, o aprendizado se dá de forma muito mais rápida que na grande onde você precisa de um treinamento formal”, afirma.

No caso dos idosos, o professor do Ibmecc ressalta que há vantagens na contratação de funcionários mais velhos. “Dependendo do idoso, ele tem experiência. O empresário não tem custo de transporte, pois há gratuidade. Além disso, o idoso tem preferência no atendimento bancário e em todas as repartições públicas. Antes, se tinha o office boy. Hoje, temos o office old”, diz.

Setores

O levantamento do Sebrae apontou que o setor de serviços foi destaque nas contratações das micro e pequenas empresas em 2016, com admissão de 3,2 milhões de trabalhadores. O segundo setor com maior número de contratações foi o comércio, com 2,8 milhões.

O empresário Felipe Evangelista, dono de uma hamburgueria em Brasília, conseguiu abrir vagas no setor de comércio este ano, apesar da já longa crise econômica. Nos meses de janeiro e fevereiro, ele contratou dois funcionários. Para Felipe, “o mercado sempre oscila” mas é preciso resistir.

“Não pode se deixar levar pelo momento difícil. A crise pode revelar novas possibilidades. Com a escassez de emprego, existem muitos profissionais bons desempregados. Tem que saber buscar”.

Empresas são condenadas a pagar R\$ 20 milhões por vazamento de ácido sulfúrico

05/06/2017 – Fonte: EM.com

O acidente colocou em risco a saúde das pessoas que moram na região, além de desequilibrar o ecossistema local, prejudicando a atividade pesqueira

As empresas Petrobras, Genesis Navegation, Chemoil Internacional, Bunge Fertilizantes e Yara Brasil Fertilizantes foram condenadas a pagar R\$ 20 milhões de indenização pelo derramamento de ácido sulfúrico do navio M/T Bahamas no canal de acesso ao Porto de Rio Grande (RS). A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª

Região (TRF4). A reparação será revertida ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

O acidente ocorreu em agosto de 1998, quando o navio, de propriedade da armadora suíça Chemoil, atracou no Porto de Rio Grande carregando 12 mil toneladas de ácido sulfúrico usado na fabricação de fertilizantes das empresas Bunge, na época, Manah e Fertisul; e Yara, na época, Adubos Trevo.

O navio envolvido no acidente atracou em píer da Petrobras. Por um problema de pressão nas bombas, o ácido vazou para o casco do navio, e, em virtude do risco de explosão com a água salgada, a substância foi bombeada para o canal do porto. Posteriormente, o resto da substância foi descartado no canal de acesso à Lagoa dos Patos e em alto-mar.

Segundo o tribunal, o acidente colocou em risco a saúde das pessoas que moram na região, além de desequilibrar o ecossistema local, prejudicando a atividade pesqueira. A 4ª Turma do TRF4 manteve a decisão da 1ª Vara de Rio Grande e julgou improcedente o pedido de condenação da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do estado do Rio Grande do Sul e da Superintendência do Porto de Rio Grande.

O valor da indenização deverá sofrer acréscimo de juros e correção monetária conforme determinação de primeira instância. Em nota, a Bunge Fertilizantes disse que vai analisar o teor da decisão e "poderá tomar medidas cabíveis para revertê-la".

O advogado da Chemoil Internacional, Lenin de Barros, informou que ainda não recebeu a intimação. Em nota, a Yara Brasil Fertilizantes considerou a decisão do tribunal "uma surpresa, uma vez que a ação foi julgada improcedente com relação à empresa na primeira instância". A empresa informou que irá recorrer da decisão.

A Petrobras divulgou nota dizendo que não era a proprietária da carga ou da embarcação responsável pela operação que ocasionou o dano ambiental. "A menção à Petrobras na ação deve-se exclusivamente ao fato da embarcação ter atracado no píer da Petrobras no dia 28 de agosto de 1998.

A descarga do ácido, no entanto, ocorreu em outro pier, no cais comercial do Porto de Rio Grande. A Petrobras ainda não foi formalmente notificada da decisão. Ao tomar conhecimento de seu inteiro teor, avaliará as medidas jurídicas cabíveis", diz o comunicado. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a Genesis Navigation.

Indústria repete PIB e registra crescimento graças à exportação

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os desempenho da produção industrial em abril indica que a economia brasileira iniciou o segundo trimestre em um cenário parecido com o que fechou o primeiro, com exportações e agronegócio compensando a retração no consumo interno.

Em abril, a indústria cresceu 0,6%, o primeiro resultado positivo do ano e maior taxa para o mês desde 2013. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, porém, houve queda de 4,5%.

Os dados indicam que o consumo interno ainda não começou a reagir à crise. O resultado foi divulgado um dia após o anúncio, pelo IBGE, de que a economia brasileira cresceu 1% no primeiro trimestre, impulsionada principalmente pelas exportações.

"Foi uma alta ainda modesta, que não devolve as perdas acumuladas durante o ano", diz a coordenadora da FGV/Ibre, Tabi Thuler Santos. De janeiro a abril deste ano, a produção industrial ainda acumula queda de 0,7%.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

A alta em abril foi puxada pela produção de bens de capital (1,5%), que inclui a fabricação de máquinas e equipamentos para investimentos, e de bens intermediários (2,1%), que são manufaturados para a produção de outros bens.

No primeiro caso, destaca Santos, ainda há grande peso de máquinas agrícolas, setor que impulsionou a economia no primeiro trimestre. Com a supersafra de grãos, a agropecuária teve crescimento de 13,4% nos primeiros três meses do ano.

Já a categoria de bens de consumo registrou queda de 0,4% em abril. É nesse item que se enquadra a produção de bens comprados em lojas ou supermercados.

O resultado só não foi pior porque a produção de automóveis para exportação cresceu, repetindo um cenário já mostrado pelo PIB.

Entre os 24 ramos pesquisados pelo IBGE na produção industrial, 13 registraram alta em abril, com destaque para produtos farmoquímicos e farmacêuticos (19,8%) e veículos automotores (3,4%). No primeiro caso, porém, houve recuperação de uma grande queda em março.

"Ainda não dá para dizer que começamos uma trajetória positiva de recuperação industrial. Até porque as demais comparações são negativas", afirmou o responsável pela pesquisa do IBGE, André Macedo, ressaltando que o setor está em patamar equivalente a janeiro de 2009.

Com relação ao mesmo período de 2016, 18 dos ramos observados pelo instituto registraram queda.

Nesta comparação, percebe-se grande recuo na produção de bens que dependem do poder de compra do consumidor, como máquinas, equipamentos e outros materiais elétricos (que inclui eletrodomésticos e caiu 18,5% em um ano), bebidas (refrigerantes e cervejas, com queda de 9,1%) e materiais não metálicos (que inclui massa de concreto e argamassas, queda de 6,6%).

"Fazer uma obra é um investimento do consumidor e, quando ele está sem dinheiro, a primeira coisa que corta é o investimento", analisa a pesquisadora da FGV/Ibre.

CARNE FRACA

A pesquisa mostrou ainda efeitos da Operação Carne Fraca, que derrubou a produção de produtos alimentícios em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A queda de 16,4% no segmento é resultado da paralisação de frigoríficos após a suspensão de compra de carne brasileira por outros países devido a suspeitas de pagamento de propina a fiscais para a liberação de produtos fora dos padrões de qualidade.

Transparência e 'empoderamento' viram armas das marcas contra crise

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para superar a crise de confiança brasileira e se adaptar ao tempo das redes sociais, as marcas apostam em conceitos como transparência e "empoderamento" para atrair consumidores, segundo estudo publicado em março pela TrendWatching, que analisa tendências de consumo.

A pesquisa foi feita com base na análise de um banco de inovações do instituto, constituído por cases inovadores adotados por empresas, e em um estudo publicado no início do ano pela agência Edelman Significa, que mostrou que a confiança dos brasileiros nas empresas caiu de 65% para 61% em um ano.

Para Luciana Stein, pesquisadora de tendências da TrendWatching, a crise política no país e os movimentos pelos direitos das minorias contribuíram para uma mudança de estratégia por parte das empresas, que renovaram práticas e produtos.

Esse movimento é importante para as marcas se diferenciarem no mercado, diz Rodrigo Prando, cientista social e professor de empreendedorismo da Mackenzie, em São Paulo. "As lojas vendem cada vez mais experiência, em vez da mercadoria em si."

Mas é preciso tomar cuidado para que esses diferenciais não aumentem muito o preço dos produtos. "As pessoas não estão dispostas a pagar muito mais por mercadorias ligadas a marcas engajadas", diz Maurício Morgado, coordenador do Centro de Excelência em Varejo da FGV.

Existem muitas formas de colocar os conceitos apontados pela TrendWatching em prática. O estudo cita como exemplo de transparência, no âmbito global, a marca de vinhos americana Alit Wines, que fornece aos consumidores detalhes sobre a produção de cada garrafa, desde a origem das uvas usadas. "As empresas se conectam cada vez mais com os consumidores, estabelecendo uma relação mais horizontal e menos hierarquizada", diz Prando.

No quesito "empoderamento", a TrendWatching destacou a coleção de livros argentinos "Antiprinçasas" e "Anti-Heróis", que quer oferecer novos modelos de referência a crianças, como Frida Kahlo e Eduardo Galeano.

As empresas também podem dar mais poder ao consumidor com o uso de canais de comunicação eficientes e dinâmicos. "Os brasileiros encontraram nas tecnologias o seu melhor amigo e herói", resume Stein.

Empresas X tentam sair de recuperação

05/06/2017 – Fonte: EM.com postado em 03-06-2017)

As ações da OGX e OGPar dispararam nesta sexta-feira, 2, na B3, novo nome da bolsa paulista, após as companhias, que pertenciam ao antigo Império X, do empresário Eike Batista, pedirem o fim do processo de recuperação judicial, por terem cumprido todas as obrigações.

Os papéis da OGX ON fecharam com valorização de 34,69%, a R\$ 1,32, e os da OGPar ON avançaram 55,74%, a R\$ 4,75. As empresas ingressaram, junto ao juízo da 4.^a Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com pedido de encerramento do processo de recuperação judicial.

A OGX era a principal companhia do grupo EBX e sua crise, após vir à tona que as reservas de petróleo estavam abaixo do esperado, levou o grupo à bancarrota. O atual

controlador das empresas é o fundo soberano árabe Mubadala, de Abu Dabi, que também ficou com outros negócios criados pelo empresário.

Proteção à Justiça

Em 30 de outubro de 2013, as companhias entraram com pedido de recuperação judicial, apresentando dívidas superiores a R\$ 13,8 bilhões. Seus planos foram submetidos à apreciação dos credores em junho de 2014 e aprovados pela maioria, representando mais de 90% dos créditos listados.

A OGX abriu seu capital em outubro de 2010, levantando R\$ 6,7 bilhões, à época considerado o maior IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) da história do País.

Segundo o comunicado divulgado nesta sexta-feira, 2, ao mercado, as companhias entendem que não existem pendências e obstáculos legais ou processuais que possam impedir o encerramento da recuperação judicial.

Prisão

Eike Batista tornou-se acionista minoritário da OGX e repassou suas outras empresas aos credores. Em janeiro deste ano, o empresário foi preso e ficou quatro meses em Bangu, quando foi deflagrada a operação Eficiência, um desdobramento da Calicute, braço da Lava Jato, que investiga crimes de lavagem de dinheiro.

O empresário é acusado de ter participado de esquema de propinas que também levou o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, à prisão.

O empresário tinha planos de voltar aos negócios, com o lançamento de uma pasta de dente, e tinha outros projetos engatilhados. Com seu nome envolvido na Lava Jato, agora tenta se desvincular das acusações.

Cenário internacional favorece novos negócios da UE com o Brasil, diz embaixador

05/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



As adversidades vividas pela União Europeia recentemente, como a saída do Reino Unido do bloco europeu e a eleição do presidente americano Donald Trump, tiveram efeito unificador e gerador de novas oportunidades para a União Europeia. Essa é a avaliação do embaixador da União Europeia no Brasil, João Cravinho, à jornalista Roseann Kennedy.

“O Brexit e a eleição do presidente Trump nos Estados Unidos, com uma postura que não é de proximidade em relação à União Europeia, teve um efeito galvanizador. Teve um efeito de aproximação e unificação da União Europeia.

Hoje, em junho de 2017, nós vivemos um momento de confiança na União Europeia que já não tínhamos há alguns anos. E essa confiança resulta da forma como coletivamente soubemos reagir aos desafios do Brexit e que vieram da eleição do presidente Trump”, analisa o embaixador.

Para Cravinho, além desta proximidade entre os países do bloco, a mudança no cenário provocada por essas mudanças também abre espaço para que a União Europeia busque novos parceiros comerciais como o Brasil, individualmente, e o Mercosul.

“O mundo está mudando rapidamente e de forma inesperada. Se tivéssemos essa conversa a um ano atrás eu diria que não teríamos Brexit e Trump como presidente dos Estados Unidos. Eu e tantos outros pensaríamos assim.

No entanto, essas novidades nos ensinam que nós temos que, por um lado, nos precaver de uma forma diferente em relação às nossas opções políticas. Por outro lado, nós temos de trabalhar a estreita ligação com povos em outras partes do mundo. Para mim, como embaixador no Brasil, isso significa oportunidade”, diz.

No programa da segunda-feira (5), o embaixador fala com Roseann Kennedy sobre outros temas que envolvem a União Europeia e suas relações internacionais, como a questão dos imigrantes, a expectativa de que um acordo comercial entre UE e Mercosul seja fechado ainda este ano os impactos da Operação Carne Fraca no interesse dos europeus pela carne brasileira.

João Cravinho é português e já foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, além de chefe da delegação da União Europeia na Índia, antes de ser designado para assumir a missão no Brasil.

Carf tem sido favorável a créditos de PIS/Cofins sobre despesas aduaneiras

05/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Como decorrência da globalização da economia, o papel desempenhado pelo comércio exterior nas economias nacionais tem ganhado cada vez mais relevo.

Neste contexto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou recentemente as primeiras projeções de crescimento do comércio internacional para o ano de 2017. Apesar da recuperação em relação a 2016 — quando o crescimento foi de apenas 1,3% —, a expectativa para este ano é de 2,4%, sendo que para os países da América Latina o número é mais tímido, na casa dos 1,4%. No setor de *commodities*, inegavelmente estratégico para o Brasil, a expectativa é de retração nos fluxos de comércio e estabilização dos preços, pelo menos nos próximos anos[1].

Exatamente em razão de tal cenário, as empresas brasileiras que operam no comércio exterior têm buscado possibilidades de redução de custos e ganhos fiscais/ financeiros que possam ser extraídos de suas transações de importação e exportação.

Assim, algumas mudanças na interpretação da legislação tributária podem trazer um alento aos importadores e exportadores, especialmente no que diz respeito ao direito a crédito sobre despesas aduaneiras incorridas nas operações de importação e exportação quanto as Contribuições ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS) para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) .

A Receita Federal sempre foi contrária à apropriação de créditos dessas Contribuições sobre as despesas aduaneiras. Em 27/7/2012, a Receita publicou o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) 4/2012, buscando uniformizar o entendimento de que os gastos com desembaraço aduaneiro na importação de mercadorias não dariam direito ao desconto de créditos de PIS e de Cofins por falta de amparo legal.

No entendimento das Autoridades Fiscais, pelo fato dos artigos 7º e 15 da Lei 10.865/2004 não fazerem qualquer referência aos serviços aduaneiros previstos no artigo 40, § 1º e incisos da Lei 12.815/2013 – quais sejam, os serviços de capatazia,

estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações nos portos organizados –, seria vedado o creditamento para fins do PIS e da Cofins [2].

Tal entendimento, contudo, nos parece descabido, eis que o creditamento sobre as despesas aduaneiras não pode se limitar às disposições do artigo 15 da Lei 10.865/2004, mas deve ser examinado sob a ótica do artigo 3º, inciso II da Lei 10.833/2003, que autoriza o desconto de créditos das Contribuições com despesas incorridas na aquisição de insumos, e também do inciso IX do mesmo artigo, segundo o qual despesas com armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, conquanto suportadas pelo vendedor, podem ser deduzidas da base de cálculo do PIS/Cofins.

Afinal de contas, é impossível negar que, para chegar ao seu destino, os produtos devem sofrer movimentação nas instalações dentro do porto, ser conferidos e transportados internamente.

As atividades de ova e desova, conferência de carga, conserto de carga, movimentação de mercadorias para as embarcações, a transferência de mercadorias ou produtos de um para outro veículo de transporte, bem como o carregamento e a descarga com equipamentos de bordo são imprescindíveis ao processo (seja produtivo, seja comercial) que irá gerar receita.

Ademais, as despesas aduaneiras incorridas nas operações de importação e exportação não podem ser dissociadas das despesas de armazenagem e frete comercial, pois seria ilógico assumir que somente uma parte do dispêndio incorrido no processo de deslocamento da mercadoria importada do porto até o estabelecimento do contribuinte — ou vice-versa, no caso das exportações — possa ser deduzida da base de cálculo das contribuições.

No Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) a questão ainda não está definida, embora exista jurisprudência favorável aos contribuintes. Dentre os encargos que já foram expressamente aceitos pelo Carf como ensejadores de crédito de PIS/Cofins, tem-se: (i) os custos incorridos com serviços de desestiva e despachante (descarregamento, movimentação, acondicionamento e armazenagem das matérias-primas no armazém alfandegado), (ii) emissão notas fiscais de armazenamento e de importação, (iii) serviços de medição de equipamentos portuários e (iv) o frete pago no transporte efetuado no território nacional na aquisição de insumos importados (Acórdãos 3802-001.322, 3202-000.981, 3202-001.003, 3301-002.061, 3402-002.443, 3402-003.070).

Outro viés positivo em relação ao assunto parece estar se consolidando em julgados recentes, nos quais a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), em alteração a seu posicionamento anterior, tem reconhecido que as despesas incorridas com frete para transporte de insumos, produtos em elaboração e, produtos acabados para e/ou entre estabelecimentos do contribuinte (o chamado “frete interno”), por serem essenciais ao processo produtivo do contribuinte, devem gerar o direito ao crédito de PIS/Cofins — ainda que tais despesas não estejam expressamente previstas na legislação dentre as hipóteses ensejadoras de crédito. (Acórdãos 9303-004.673, julgado em 16.2.2017 e 9303-004.318[3], julgado em 15.9.2016).

E a nosso ver, o mesmo raciocínio deveria se estender às despesas aduaneiras que, como no caso do frete interno, se incorporam ao custo das mercadorias comercializadas, conforme dispõe o §2º do artigo 289 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999).

A interpretação “ampliada” do conceito de insumos para fins de crédito de PIS/Cofins também foi amparada pelo Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do Recurso Especial 1.246.317, definiu que “insumos” seriam “todos aqueles bens e serviços pertinentes ao, ou que viabilizam o processo produtivo e a prestação de serviços, que

neles possam ser direta ou indiretamente empregados e cuja subtração importa na impossibilidade mesma da prestação do serviço ou da produção, isto é, cuja subtração obsta a atividade da empresa, ou implica em substancial perda de qualidade do produto ou serviço daí resultantes”.

Ainda no âmbito do STJ, a referida interpretação ampliada está em curso no julgamento do Recurso Especial 1.221.170/PR (sob o regime de recursos repetitivos), e atualmente conta com 3 votos favoráveis aos contribuintes. Já perante o Supremo Tribunal Federal, o tema está pendente de julgamento sob o Recurso Extraordinário com Agravo 790.928/PE, que será julgado sob o regime de repercussão geral.

Assim, é importante que os importadores e exportadores estejam alertas para as possibilidades de creditamento de PIS e Cofins sobre as despesas aduaneiras, uma vez que a jurisprudência do Carf da CSRF tem se mostrado favorável a essa possibilidade.

Por Luiz Fernando Machado, Eduardo Carvalho Caiuby e Paula Zugaib Destruti

[1] Dados disponíveis

em: <http://www.valor.com.br/internacional/4937232/comercio-global-deve-crescer-24-mas-omc-ve-riscos-politicos>, acesso em 19/5/2017.

[2] Solução de Divergência Cosit 7, de 24/5/2012.

[3] Vê-se, portanto, em consonância com o dispositivo constitucional, que não há respaldo legal para que seja adotado conceito excessivamente restritivo de “utilização na produção” (terminologia legal), tomando-o por “aplicação ou consumo direto na produção” e para que seja feito uso, na sistemática do PIS/Pasep e da COFINS não cumulativos, do mesmo conceito de “insumos” adotado pela legislação própria do IPI.

Resta, por conseguinte, indiscutível a ilegalidade das Instruções Normativas SRF 247/2002 e 404/2004 quando adotam a definição de insumos semelhante à da legislação do IPI. Com efeito, por conseguinte, pode-se concluir que a definição de “insumos” para efeito de geração de créditos das r. contribuições, deve observar o que segue: (a) se o bem e o serviço são considerados essenciais na prestação de serviço ou produção; (b) se a produção ou prestação de serviço são dependentes efetivamente da aquisição dos bens e serviços – ou seja, sejam considerados essenciais (Acórdão 9303-004.318).

Governo Federal institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

05/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Adesões ao PERT instituído pela MP 783/2017 podem ser feitas até 31 de agosto de 2017

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Pelas regras do programa, os contribuintes poderão liquidar dívidas perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidas até o dia 30 de abril de 2017.

A adesão ao PERT poderá ser feita mediante requerimento a ser efetuado até o dia 31 de agosto de 2017 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, mesmo que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, desde que o contribuinte previamente desista do contencioso. Da mesma forma, o contribuinte poderá incluir neste programa as dívidas que já tenham sido incluídas em outros parcelamentos.

Ao aderir ao programa o contribuinte se compromete a pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A adesão implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para compor o PERT, ficando vedado a inclusão do débito em qualquer outra forma de parcelamento posterior, exceto em pedido de reparcelamento ordinário.

O PERT possibilita ao contribuinte optar por uma dentre quatro modalidades:

1 – Exclusiva para débitos na Receita, o contribuinte pode optar pelo pagamento à vista, com, no mínimo, 20% de entrada e o restante a ser quitado com créditos de prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal, sem reduções, podendo parcelar eventual saldo em até 60 meses.

2 – Para débitos na Receita e na Procuradoria da Fazenda Nacional, a opção pode ser pelo parcelamento em 120 prestações, sem reduções, sendo:

- **0,4% da dívida nas parcelas 1 a 12;**
- **0,5% da dívida nas parcelas 13 a 24;**
- **0,6% da dívida nas parcelas 25 a 36;**
- **parcelamento do saldo remanescente em 84 vezes, a partir do 37º mês**

3 – Também para débitos na Receita e na Procuradoria da Fazenda Nacional, pode ser feita opção pelo pagamento de 20% em 2017, em 5 parcelas, sem reduções, e o restante em uma das seguintes condições:

- quitação em janeiro de 2018, em parcela única, com reduções de 90% de juros e de 50% das multas; ou
- parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 40% das multas; ou
- parcelamento em até 175 parcelas, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas, com parcelas correspondentes a 1% sobre a receita bruta do mês anterior, não inferior a 1/175.

4 – Por fim, para dívidas inferiores a R\$ 15 milhões no âmbito da Receita e da Procuradoria da Fazenda Nacional, o contribuinte pode optar pelo pagamento de 7,5% em 2017, em 5 parcelas, sem reduções, e o restante a ser quitado em uma das seguintes condições, com utilização cumulativa, nesta ordem, de reduções de acréscimos e o aproveitamento de créditos:

- Pagamento integral em janeiro de 2018, com reduções de 90% de juros e de 50% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal; ou
- Parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 40% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal; ou
- Parcelamento em até 175 parcelas, com parcelas correspondentes a 1% sobre a receita bruta do mês anterior, não inferior a 1/175, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal.
- No caso da PGFN, não se aplica a esta modalidade 4 a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa, sendo substituída pela possibilidade do oferecimento de bens imóveis para a dação em pagamento.

- Nas modalidades em que permitidas, admitem-se créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016:
- próprios ou do responsável tributário ou corresponsável pelo débito;
- de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou
- de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação.

Os valores dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL serão determinados por meio da aplicação de alíquotas definidas na referida medida provisória.

O deferimento do pedido de adesão ao PERT fica condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer até 31 de agosto de 2017.

Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas.

O valor mínimo de cada prestação mensal será de R\$ 200,00 para o devedor pessoa física e de R\$ 1 mil para a pessoa jurídica.

A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editarão, em até 30 dias, os atos necessários à execução dos procedimentos do PERT.

Substituição tributária terá implantação por segmento

05/06/2017 – Fonte: Portal Contabil SC

Em julho, indústria e importadores devem aderir ao Cest. Em outubro, serão os atacadistas. Por último, em abril de 2018, os varejistas deverão ter adoção

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do Ministério da Fazenda, alterou o calendário de implantação do Código Especificador da Substituição Tributária (Cest) sob pressão de entidades que representam o comércio.

A previsão era de que os 22 estados signatários e todos os setores empresariais tivessem que adotar a nova metodologia já em 1º de julho, mas o novo calendário determina uma implementação gradual, separada por segmento econômico. Em julho, indústria e importadores já começam a fazer parte do Cest. Depois, em outubro, o programa passa a valer para atacadistas. Por último, em abril de 2018, será a vez dos varejistas em geral.

Segundo o assessor jurídico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Alberto Borges, a setorização faz sentido porque cada ramo de negócio tem uma dificuldade diferente para categorizar os seus produtos baseada nas informações disponíveis.

“A indústria sabe todas as especificações da mercadoria que produz. Já o varejo tem um risco enorme de errar essa classificação, porque só compra a mercadoria e vende. O comerciante não tem o conhecimento de todos os códigos para tudo o que comercializa”, observa.

O Cest tem como objetivo simplificar o regime de substituição tributária. Atualmente, cada estado tem a sua própria lista de produtos que são submetidos à substituição. O sistema, conforme especialistas, gera confusão e insegurança para os empresários, que têm de se submeter a diversas regras para cada estado em que atuam.

Na avaliação do diretor de operações da TaxWeb, Marcelo Simões, no curto prazo, a adaptação do contribuinte será difícil, mas no longo prazo, será simplificado. "O contribuinte para de ter que se preocupar com a legislação de todos os 27 estados. A readequação das tabelas é apenas um impacto de curto prazo", acredita o executivo.

Para ele, o Cest é uma evolução de uma prática muito inteligente das Fazendas Estaduais, que é fazer a substituição tributária. Nesse regime, o primeiro membro da cadeia de produção de uma determinada mercadoria fica responsável por pagar o tributo da cadeia inteira e repassa isso ao preço.

Adiamento

Alberto Borges ressalta que os prazos anteriores estipulados pelo governo eram muito apertados para a quantidade de mudanças que o Confaz pretende implementar. "Procuramos os representantes do Confaz e até mesmo o ministro [da Fazenda] Henrique Meirelles, porque o prazo era curto."

De acordo com ele, o primeiro convênio assinado pelas autoridades fiscais em acordo com os estados listava categorias de produtos que ficariam sob o regime de substituição tributária, mas não informava os códigos das mercadorias. "A fragmentação por produtos só foi divulgada em outubro de 2015, que era para quando estava programado o início da padronização", lembra.

Por conta do atraso na entrega da regulamentação, a Confaz estabeleceu um segundo prazo para a adequação das empresas para janeiro de 2016. Novamente, as entidades que representam companhias tanto do comércio quanto da indústria, pediram por mais tempo e criaram grupos de trabalho. "Estudamos a norma, procuramos os órgãos envolvidos, e os auxiliamos a implementar a medida da melhor maneira possível", expressa.

Depois disso, as federações trabalharam por nove meses e conseguiram criar novos prazos junto com a Fazenda.

Simões acredita que essa é uma boa oportunidade das companhias reverem os seus procedimentos. "A não adequação ao Cest implicará na não autorização na emissão da nota. É importante se adaptar para não ter impacto no faturamento", garante.

Projeto em cidade da serra gaúcha desburocratiza abertura de empresa

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Jurandir Silva, 30, em sua barbearia na cidade de Farroupilha (RS)

Quando Jurandir Silva, 30, decidiu montar seu próprio negócio, estimou que toda a burocracia estaria pronta um ano depois. O cálculo estava subestimado: em Farroupilha, na serra gaúcha, abrir uma empresa levava, em média, 400 dias.

Por isso, Silva se surpreendeu quando em menos de 48 horas já tinha em mãos o alvará de sua barbearia, inaugurada em setembro de 2016.

"Conseguí antecipar compras de produtos, como material de construção. No momento em que tem o alvará, tudo fica mais fácil para os trâmites", conta Silva.

O empresário já conquistou 2.700 clientes e tem a agenda lotada. Por isso, planeja inaugurar uma segunda unidade em Nova Prata (RS), onde o alvará não será tão rápido.

A agilidade só foi possível em Farroupilha graças a um conjunto de ações do projeto Sala do Empreendedor, que funciona na prefeitura. Desde que o projeto foi implantado, 82,2% dos alvarás são emitidos em 48 horas.

"É uma única entrada de documentos e uma saída. Os documentos circulam dentro da prefeitura, mas o cidadão vai a um único lugar para entregar os papéis e retirar o alvará", diz Cleonir Roque Severgnini, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Se antes os empreendedores de Farroupilha precisavam viajar 91 km até a Junta Comercial, em Porto Alegre, para realizar a análise e registro do contrato de fundação dos negócios, agora o trâmite é feito na própria prefeitura.

Se o negócio não envolve risco ambiental ou sanitário, o alvará definitivo é emitido com a mesma agilidade.

Quando são necessárias autorizações que garantem a segurança ambiental, sanitária e predial, basta o empreendedor informar o protocolo de pedido dessas autorizações para sair com um alvará provisório, que licencia a atividade proposta.

A rapidez dos alvarás tem contribuído para impulsionar os negócios na cidade. Se em 2015, ano em que o projeto começou, foram criadas 574 empresas, em 2016 esse número saltou para 980. Até abril deste ano, 214 novos negócios foram montados.

"Desburocratizar é um grande incentivo. Todos ganham: o empreendedor, que perde menos tempo com burocracia e começa as atividades mais rápido; e a cidade, que terá mais empresas produzindo, empregando e contribuindo com a economia", diz Claiton Gonçalves (PDT), prefeito de Farroupilha.

O município de 69 mil habitantes tem 5.700 empresas – a maioria é de comércio e serviços.

O Brasil ocupa a 175ª posição no ranking do Banco Mundial no quesito de tempo para abrir empresas, atrás de Bósnia-Herzegovina e à frente da Guiné-Bissau. O primeiro lugar é da Nova Zelândia.

Promessa de Doria, criação de empresa em sete dias patina

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A demora para o atendimento a empresários na Prefeitura de São Paulo tem impedido que a promessa do prefeito João Doria (PSDB) de diminuir o tempo para abertura de empresas para sete dias se torne realidade.

O programa Empreenda Fácil entrou no ar em 8 de maio com o objetivo de acelerar a abertura de empresas consideradas de baixo risco -80% delas, segundo a prefeitura. A partir de relatos de contadores e empresários que já usaram o sistema, a **Folha** constatou que, apesar de avanços, o prazo de sete dias ainda é inatingível na maioria dos casos.

Isso porque não há vagas para atendimento rápido na Praça de Serviços da prefeitura para a realização da única etapa do processo que deve ser feita presencialmente, o desbloqueio do CCM (Cadastro de Contribuinte Municipal) da empresa.

Em consulta feita no dia 29 por José Roberto Soares dos Anjos, diretor social do Sindcont-SP (sindicato dos contadores), só havia vaga para o atendimento em 12 de junho.

Segundo Inez Justina dos Santos, conselheira do CRC-SP (Conselho Regional de Contabilidade), é possível obter um CNPJ em três dias no novo sistema. Porém, sem o CCM, a empresa fica sem poder emitir notas e prosseguir com seu licenciamento.

A prefeitura afirma que o problema relatado é pontual e que, na maior parte dos casos, o prazo de abertura em sete dias é factível. Também promete tornar a etapa do desbloqueio do CCM virtual em 45 dias.

A dificuldade para encerrar o processo já gera reclamações de empresários a seus contadores.

O contador Jadeilson Alves da Silva diz ter caso emperrado por falta de vagas na prefeitura há duas semanas. Quando tenta fazer o procedimento, ele recebe mensagem de que não há vagas e deve tentar de novo mais tarde.

"Isso deixa você em uma situação complicada com seu cliente. Ele ouve que agora o prazo é de uma semana e acha que é você que não quer fazer o serviço."

Outras dificuldades do novo sistema foram alvo de reclamações pontuais de alguns contadores, como demora em partes do serviço ou convocação para apresentar documentos presencialmente para análise (leia nesta página).

ELOGIOS

Apesar da dificuldade para finalizar o processo, o novo sistema também ganhou elogios de contadores.

Wilson Gimenez, da Data Método Gestão contábil, destaca o fato de a avaliação para saber se determinada empresa pode ser estabelecida no endereço pretendido agora acontecer no início do processo, e não mais no fim.

"Muitas vezes empreendedores desavisados acabavam por não analisar o local escolhido para sua empresa, tiravam CNPJ, e, depois, descobriam que, no local, não poderia ter aquela atividade."

Para Vitor Torres, Sócio da empresa de contabilidade on-line Contabilizei, a diminuição da papelada é um dos pontos fortes do sistema.

"Reduziram a quantidade de papel e passaram a permitir o uso de certificado digital, em vez de pedir que se vá ao cartório reconhecer firma."

Segundo a Endeavor, ONG que apoia o empreendedorismo, o prazo médio para abertura de empresas em São Paulo em 2016 era de 136 dias. A cidade tem o 23º maior tempo em ranking que avaliou a velocidade do processo em 32 cidades brasileiras.

Ela fica à frente de outras capitais, como Florianópolis (142 dias) e Recife (151 dias). Porém fica atrás de Rio (120 dias), Belo Horizonte (62 dias) e Porto Alegre (82 dias). Uberlândia foi a cidade mais bem avaliada (52 dias).

LONGA ESPERA

Marcelo Sasso Barbosa, 46, comemorou ter aberto sua empresa de consultoria em 22 dias a partir do novo sistema da prefeitura.

Segundo ele, abrir a empresa foi fácil e, caso não houvesse uma demora natural entre receber as solicitações do escritório de contabilidade que o ajudou e enviar os

documentos, a empresa poderia ter sido aberta em alguns dias a menos -embora não em sete.

Já a executiva Janaina Trambaioli, que coordena a área tributária de rede varejista de itens para viagens, não conseguiu abrir uma unidade nova da empresa até a conclusão desta edição.

Ela aponta uma grande melhora em partes do processo, especialmente na obtenção do CNPJ e da Inscrição Estadual, em órgãos como Receita Federal e Junta Comercial - ela conseguiu o documento em 24 horas.

Segundo Trambaioli, em 2016 a rede teve caso de loja que foi aberta em 23 de dezembro, três meses após o início do processo, o que atrapalhou as vendas de Natal. Agora, com a velocidade maior do início do processo, foi possível até acelerar a reforma da nova loja e a seleção de novos funcionários para aproveitar o que parecia ser uma boa surpresa.

Em 16 de maio, Trambaioli agendou visita à prefeitura para desbloquear sua inscrição no dia 26, primeira data disponível. Ao ser atendida, recebeu a notícia de que seu processo seria analisado em mais dez dias.

A prefeitura informou que, em 95% dos casos, o desbloqueio do CCM é imediato. E 5% dos contribuintes são selecionados para uma análise mais detalhada do protocolo.

PROBLEMAS SÃO PONTUAIS, DIZ SECRETÁRIO

O Empreenda Fácil, programa da prefeitura que promete reduzir o prazo para abrir empresas para sete dias, já cumpre o prazo anunciado, diz Daniel Annenberg, secretário municipal de Inovação e Tecnologia.

Segundo ele, reclamações de contadores que não conseguiram agendar suas visitas à Praça de Serviços para desbloquear seu CCM em tempo hábil são problemas pontuais. Ele diz que a maior parte dos procedimentos foi feita sem dificuldades de agendamento e nega sobrecarga no serviço.

Além disso, Annenberg diz que será eliminada a necessidade de ir à prefeitura para realizar a inscrição municipal, tornando a entrega de documentos totalmente on-line em 45 dias.

Ele destaca que o Empreenda Fácil já reduziu a necessidade de cinco deslocamentos para órgãos públicos durante o processo de abertura de empresas para apenas um. Além disso, diz, a prefeitura vem realizando uma força-tarefa e reuniões com demais órgãos envolvidos com a criação do sistema para seguir reduzindo prazos e corrigir eventuais problemas.

Entre as metas, estão diminuir o prazo de abertura para dois dias, em casos de empresas de baixo risco, e atacar problemas como fechamento de empresas. Annenberg afirma que empresários e contadores ainda estão se acostumando com o novo processo, o que pode gerar atrasos naturais.

Segundo a prefeitura, foram abertas 843 empresas a partir do novo sistema, lançado em 8 de maio. (FO)

PASSO A PASSO

Veja etapas para abrir empresa na cidade de São Paulo e problemas identificados

1. Análise de Viabilidade

O quê empresário consulta se o local em que ele quer abrir sua empresa permite o tipo de atividade pretendida

Onde site rle.empresasimples.gov.br

Avaliação na maioria dos casos, a resposta chega em algumas horas. Há, no entanto, relatos de cinco dias para retorno, o que atrasou o processo

2. Inscrição na Receita Federal

O quê fornecidas a partir da internet informações do objeto social da empresa e quadro societário

Onde [Portal Coleta Nacional](#)

Avaliação o procedimento tem sido rápido, resolvido em menos de 24 horas na maior parte dos casos

3. Inscrição Estadual

O quê dá informações sobre a empresa ao Estado e realiza pagamento de taxas

Onde documentos podem ser obtidos na área Via Rápida Empresa no [site da Jucesp](#)

Avaliação a maioria vem conseguindo obter seu CNPJ e Inscrição Estadual em até três dias

4. Inscrição Municipal

O quê desbloqueio do Cadastro de Contribuinte Municipal

Onde presencialmente, em praça de serviços da prefeitura, após agendamento em <https://ccm.prefeitura.sp.gov.br>

Avaliação contadores relatam falta de horários de atendimento. Quando atendidos, o procedimento é feito de imediato

Reforma ameaça aposentadoria dos menos escolarizados

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A exigência de 25 anos de contribuição, como prevê a reforma da Previdência, vai dificultar a aposentadoria dos mais pobres, segundo estudo conduzido pelos economistas Marcelo Medeiros e Rodrigo Coelho.

No geral, apenas 58% dos homens e 41% das mulheres vão conseguir acumular, aos 65 anos, o tempo estabelecido pelas novas regras.

A idade mínima de 65 anos estava prevista no projeto do governo e foi reduzida para 62 no caso das mulheres pelo relator do projeto na Câmara. Os autores do estudo ressaltam que a mudança não interfere na conclusão da pesquisa, já que, se as mulheres não conseguiram aos 65 anos contribuir por 25 anos, isso muito menos ocorreria aos 62.

Dentro do universo pesquisado, são justamente as pessoas com menor escolaridade (as mais pobres) as mais afetadas pelo tempo mínimo de contribuição exigido.

A base do estudo é 2014, ano em que o desemprego ficou ao redor de 7%. Com a piora da crise, os anos seguintes não serviriam como base para um período mais longo. As mulheres serão especialmente afetadas. Pouco mais da metade das que compõem o grupo de baixa escolaridade (que reúne as que concluíram o ensino fundamental às que concluíram o ensino médio) terá dificuldades para se aposentar.

O número tende a zero, no entanto, entre as que, em sua maioria, nem sequer concluíram o ensino fundamental. A exigência de 25 anos de contribuição também atingiria os homens, mas de modo menos agressivo. No caso dos trabalhadores de baixa escolaridade, 87% se aposentariam.

Mas, entre os que não concluíram o fundamental, o impasse se mantém: 10% atingiram os 25 anos de contribuição aos 65 anos.

Editoria de Arte/Folhapress



0% - 40%

Os 40% com menor escolaridade do Brasil, pessoas que, em sua maioria, sequer concluíram o ensino fundamental

Editoria de Arte/Folhapress



40% - 80%

Grupo que reúne desde pessoas que quase concluíram o ensino fundamental a pessoas que concluíram o ensino médio

Editoria de Arte/Folhapress



80% - 100%

Os 20% com maior escolaridade do Brasil, em boa parte pessoas que cursaram ou concluíram o ensino superior

INFORMALIDADE

Números da Previdência mostram que quase 80% das aposentadorias por idade concedidas em 2015 foram para trabalhadores que não chegaram aos 25 anos que serão exigidos pela reforma. Esses dados também apontam os mais pobres como os mais atingidos pela mudança.

Os mais pobres, ou de menor escolaridade, são prejudicados pela forte informalidade, que acaba dificultando contribuições regulares.

Embora os informais possam contribuir pelo plano simplificado, recolhendo 11% sobre o salário mínimo, a renda muito baixa acaba colocando o trabalhador na posição de ter de escolher entre gastar com a família hoje ou contribuir para a Previdência num futuro distante.

Entre as mulheres, as menos escolarizadas deixam de contribuir porque ocupam posições no mercado de trabalho bastante instáveis, como diaristas. Ou acabam deixando o mercado formal para cuidar de crianças.

Os 20% mais educados formam o grupo que vai conseguir se aposentar sem muita dificuldade. O que indica que a nova Previdência pode acabar protegendo o trabalhador mais rico e jogando os demais para a assistência social.

Medeiros, que é pesquisador do Ipea, professor da UnB (Universidade de Brasília) e hoje está na Universidade Yale, diz que as distorções não serão corrigidas no curto prazo e que, por isso, não é razoável tocar a reforma ignorando esses problemas.

Ele sugere que, para aposentadorias no piso, a contribuição mínima deveria se manter em 15 anos, como hoje, ao menos para a mulher.

Já a regra de 25 anos poderia valer para aposentadorias mais altas, incluídas as mulheres mais ricas.

PARA ESPECIALISTAS, TRABALHADOR VAI SE ADAPTAR

Alguns estudiosos da área de Previdência veem certo exagero nas indicações de que um limite mais elevado de contribuição à Previdência impediria o acesso à aposentadoria dos mais pobres.

Sergio Firpo, professor de economia do Insper, diz que não dá para afirmar que o nível de contribuição à Previdência em alguns anos será igual ao de hoje.

"É muito pessimismo achar que será."

A nova exigência de 25 anos, diz, deve fazer com que mais pessoas contribuam à Previdência por mais tempo. Assim como a reforma trabalhista deve abrir espaço para uma maior formalização.

Há ainda um efeito geracional que não foi observado. "Tivemos mudanças estruturais importantes nos últimos anos, com gerações mais novas e de mais baixa escolaridade menos dispostas a encarar o emprego doméstico", diz.

Paulo Tafner, economista e pesquisador da Fipe-USP, lembra que, quando a exigência de contribuição era mais baixa, de dez anos, as pessoas acabavam se aposentando apenas um pouco depois disso.

"Isso significa que as pessoas reagem às regras."

Em estudo próprio, Tafner concluiu que, a partir dos 46 anos de idade, boa parte das pessoas que estavam próximas dos 15 anos de contribuição enxergava menos incentivos em contribuir.

POR IDADE

Segundo Tafner, essas pessoas percebiam que seria muito custoso alcançar o limite exigido pela aposentadoria por tempo de contribuição -de 35 anos para homens e de 30 anos para mulheres- e optavam por se aposentar por idade.

Ao ser questionado se considera que a lógica valeria para os mais pobres, que em sua maioria já se aposentava por idade, pois não conseguia acumular os mais de 30 anos de contribuição, Tafner diz que sim.

Ele lembra ainda que a escolaridade média de cada geração está subindo, o que significa que a capacidade de empregabilidade das pessoas também está em elevação. Outro ponto positivo, diz, é que a cada ano entram menos jovens no mercado de trabalho. No fim da década de 1990, eram 3,7 milhões, e hoje, 2,5 milhões.

"Não é possível olhar o que vai acontecer daqui a 20 anos com olhar de hoje", diz.

NOVA PREVIDÊNCIA

Entenda o que comissão da Câmara aprovou

REGRA GERAL

Como é hoje: a aposentadoria é por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 para mulheres) e por idade (65 para homens, 60 para mulheres, com mínimo de 15 anos de contribuição)

O que avançou na Câmara: a ideia é acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição. Todos deverão trabalhar no mínimo 25 anos, e a idade mínima será de 65 anos para homens e 62 para mulheres

REGRA DE CÁLCULO

Como é hoje: o cálculo do benefício é de 70% da média dos maiores salários, mais 1% para cada ano de trabalho. Contribuindo 15 anos, a pessoa tem direito a se aposentar recebendo 85% do salário. Com 30 anos de contribuição, o valor chega em 100%

O que avançou na Câmara: a regra será de 70% da média salarial (e não dos maiores salários), mais uma porcentagem que aumenta progressivamente (começa

em 1,5%, depois 2% e 2,5%). Para conseguir ganhar o total da média salarial, será preciso contribuir por um período de 40 anos

TRABALHADOR RURAL

Como é hoje: ele pode se aposentar comprovando que exerceu a atividade rural por 180 meses (15 anos), com idade mínima cinco anos menor que a dos demais contribuintes (aos 55 e 60 anos)

O que avançou na Câmara: trabalhadores poderão se aposentar aos 60 e 57 anos (homens e mulheres), com um mínimo de 15 anos de contribuição para o INSS

PROFESSORES

Como é hoje: atualmente há regras diferenciadas para professores da rede federal, estadual e municipal, que mudam se o funcionário ingressou no serviço público depois de 2003

O que avançou na Câmara: os professores poderão se aposentar aos 60 anos de idade, idade menor que a dos demais contribuintes, mas terão que cumprir 25 anos de contribuição .

Artigo: Um debate sobre Previdência

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Meu interlocutor argumentou que os benefícios previdenciários no Brasil são baixos. Que é muito difícil viver com dois salários mínimos.

Respondi que a renda per capita do país é baixa e por isso o benefício médio da aposentadoria é baixo. No entanto, nosso salário mínimo já corresponde a 70% do salário mediano do país.

Meu interlocutor respondeu-me que o Brasil não era um país pobre; era a décima economia do mundo.

Respondi que, para esse tema, é errado olhar o tamanho absoluto da economia – somos a décima economia porque nossa população é grande. Temos de olhar a nossa renda per capita. Nesse critério, estamos entre a 60ª e a 70ª posição. Estranho ter que fazer esse argumento para um economista formado.

Em seguida, argumentei que gastamos com Previdência –incluindo aposentadorias e pensões, setor privado e público, população urbana e rural e o benefício de prestação continuada– 14% do PIB (Produto Interno Bruto), despesa três vezes maior do que a de economias com a mesma demografia do que a nossa. Adicionalmente, a conta da Previdência responde por 55% do gasto primário da União, de um Estado com uma das maiores cargas tributárias entre os emergentes.

Meu interlocutor respondeu-me que ninguém olha a conta de juros e que essa conta é muito maior do que a previdenciária.

Argumentei que a conta de juros é salgada pois os juros reais são muito elevados no Brasil. O principal motivo de os juros reais serem elevados no Brasil é que nossa taxa

de poupança é ridiculamente baixa, e taxa de poupança baixa é a contrapartida de um Estado que gasta muito com Previdência.

Adicionalmente, os juros pagos pelo Tesouro Nacional aos detentores de títulos da dívida pública –os poupadores ou os rentistas, tanto faz– são muito menores do que algumas contas sugerem. Vários erros são cometidos.

O primeiro é considerar que a amortização da dívida pública constitui um gasto público. Suponha que um inquilino tenha de deixar o apartamento em que vive, pois ele foi requisitado pelo senhorio. Entrega o imóvel e aluga outro.

Ninguém em sã consciência considera que ao entregar o imóvel a pessoa gastou o valor do imóvel. O imóvel nunca lhe pertenceu. Analogamente, amortização da dívida pública é a devolução de um recurso que nunca pertenceu ao Tesouro. Não constitui uma conta do gasto público.

Outro erro comum é considerar que a correção monetária da dívida pública corresponde a um item do gasto público. A correção monetária não é renda para o poupador (ou rentista, tanto faz), pois somente repõe a perda de valor da poupança pelo aumento dos preços; logo não é gasto para quem paga.

A conta de juros reais pagos sobe ou desce de acordo com a política monetária. Ao longo do tempo, é de aproximadamente 3% a 4% do PIB. A conta é salgada, mas bem menos do que se pensa.

Meu interlocutor afirma que o baixo crescimento da produtividade no Brasil precisa ser enfrentado como os asiáticos fizeram: estímulo à indústria.

Não nota que no leste asiático os juros são baixos. Juros baixos favorecem a indústria e o investimento em infraestrutura física, ambos intensivos em capital. O crescimento será bem maior.

Os juros são baixos pois lá a poupança é elevada. Esta, por sua vez, é elevada pois a Previdência é considerada um tema privado. O Estado pouco gasta com Previdência, e a carga tributária é baixa.

O círculo se fechou.

(Samuel Pessôa - É físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV).

Brasil tem 700 mil acidentes de trabalho por ano

05/06/2017 – Fonte: Em.com

De 2012 a 2016, foram 13,3 mil mortes no Brasil. Afastamentos por licença médica custaram R\$ 22 bilhões aos cofres públicos

Descuido, falta de equipamentos de segurança e até exaustão provocam 700 mil acidentes de trabalho por ano em todo o país. Dados levantados pela Previdência Social e pelo Ministério do Trabalho revelam a seriedade do problema, que atinge trabalhadores de várias profissões.

O Brasil é a quarta nação do mundo que mais registra acidentes durante atividades laborais, atrás apenas da China, Índia e Indonésia. Desde 2012, a economia já sofreu um impacto de R\$ 22 bilhões, por conta de pessoas afastadas de suas funções após sofrerem ferimentos durante o trabalho. Se fossem incluídos os casos de acidentes em ocupações informais, esse número poderia chegar a R\$ 40 bilhões.

De acordo com o Ministério da Fazenda, entre 2012 e 2016, foram registrados 3,5 milhões de casos de acidente de trabalho em 26 estados e no Distrito Federal. Esses casos resultaram na morte de 13.363 pessoas e geraram um custo de R\$ 22,171 bilhões para os cofres públicos com gastos da Previdência Social, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-acidente para pessoas que ficaram com sequelas. Nos últimos cinco anos, 450 mil pessoas sofreram fraturas enquanto trabalhavam.

Por lei, as empresas são obrigadas a garantir a segurança de seus funcionários. Mas cabe também ao trabalhador informar a ausência de equipamentos adequados e situações perigosas. Os dados do governo levam em consideração a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que divide as profissões em áreas de atuação. Portanto, não existe uma classificação específica para cada categoria profissional. Em 1966, o governo criou a Fundacentro, entidade ligada ao Ministério do Trabalho que tem como finalidade o estudo e pesquisa das condições dos ambientes de trabalho.

O gerente de Coordenação de Segurança no Processo de Trabalho da Fundacentro, José Damásio de Aquino, destaca que os números de acidentes laborais no Brasil são muito elevados.

“O quadro é grave, pois, nos últimos anos, a quantidade de acidentes tem se mantido próxima de 700 mil por ano. É possível identificar queda de 2014 para 2015. Porém, a variação em apenas um ano é pouco para considerarmos que é uma tendência geral e que permanecerá pelos próximos anos”, explica.

O especialista ressalta que a situação pode se agravar por conta do número de trabalhadores que não são registrados. “É importante frisar que os dados sobre acidentes de trabalho, disponibilizados pela Previdência Social, cobrem apenas os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que representam cerca de 70% da População Economicamente Ativa (PEA). Assim, podemos considerar que há uma subnotificação nos acidentes, pois muitos trabalhadores, especialmente os informais, não entram nas estatísticas”, completa o pesquisador.

As áreas nas quais ocorrem mais acidentes são a construção civil e o setor de serviços. Na construção, o último dado sobre óbitos é de 2009, quando 395 trabalhadores morreram em serviço.

Mas o número pode ser maior, já que, em muitos casos, a certidão de óbito não contém a causa exata da morte, nem o local onde ocorreu. Já entre o setor de serviços, as maiores vítimas de acidentes fatais ou incapacitantes são os motoristas profissionais, com destaque para condutores de caminhões e carretas.

De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, desde 2010, ocorrem, em média, 15 mil acidentes envolvendo motoristas do transporte de cargas, com 1,5 mil mortes por ano.

Para não integrar essa estatística macabra, o caminhoneiro Clovis Alves, de 42 anos, desistiu de viajar pelas estradas brasileiras. O trabalhador optou por rodar apenas no Distrito Federal após ser obrigado a sair da pista, na BR-101, para evitar uma colisão frontal com outro caminhão.

Na ocasião, o motorista que vinha no sentido contrário, em uma via de mão dupla, dormia ao volante. “A poucos metros de colidir, notei que ele dormia enquanto dirigia. Tive que jogar o veículo para uma pista lateral, de terra. Naquele dia eu fiquei traumatizado com a situação. Durante esses anos vi amigos morrerem nas estradas, e pessoas saqueando as cargas em meio a tragédia”, conta.

Monitoramento em tempo real

Uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) resultou em uma ferramenta que monitora em tempo real os dados sobre acidentes de trabalho no Brasil.

O Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho informa pela internet a quantidade de acidentes, com mapa sobre as regiões onde mais ocorrem, custos para a Previdência Social e tipos de acidentes.

Conforme o observatório, nos últimos cinco anos, 544 mil pessoas sofreram cortes e lacerações corporais em decorrência de acidentes durante exercício da atividade profissional. Um dos criadores do site, o oficial de Projeto da OIT, Luis Fujiwara, destaca que as informações são importantes para criar políticas públicas com objetivo de reduzir o número de acidentes e mortes nas organizações.

“Praticamente todos os acidentes de trabalho no Brasil poderiam ser evitados. Os números de ocorrências e de pessoas que ficam inválidas ou precisam de auxílio-doença são altíssimos. Isso tudo gera um prejuízo bilionário para a economia. Estimamos, que se forem contabilizados os números de empregos informais, o custo dos acidentes chega a R\$ 40 bilhões”, revela.

Reforma trabalhista elevará produtividade, diz governo

05/06/2017 – Fonte: EM.com

A produtividade do País pode dar um salto de 1,5% a 2,0% ao ano durante os próximos dez anos com a aprovação da reforma trabalhista. O cálculo é do Ministério do Planejamento, que faz uma avaliação positiva do impacto da mudança na legislação para a economia no momento em que o governo busca apoio para votar a proposta no Senado.

A produtividade, em trajetória decrescente há quase 40 anos, é apontada como um dos entraves para o crescimento sustentável do País. Além da reforma trabalhista, uma agenda de medidas microeconômicas está em elaboração para tirar esse indicador da paralisia.

As estimativas dos efeitos da reforma sobre a produtividade são do assessor especial do Ministério do Planejamento, Arnaldo Lima Junior, que trabalhou na proposta de reforma e participou das negociações no Congresso. O governo tenta retomar a agenda de reformas, mas não tem sido fácil: a votação do parecer da reforma trabalhista prevista para a última terça-feira foi adiada para a próxima semana.

Desde a década de 80, quando o índice de produtividade teve seu auge, com alta de 4,8% na década, houve perda de ritmo, com retração de 1,4% em média ao longo dos anos 90 e alta cada vez menos intensa nas décadas seguintes. Em 2016, o avanço foi de apenas 0,9%.

Dados internacionais evidenciam o problema. Na década de 50, um brasileiro produzia quase o mesmo que três pessoas da Coreia do Sul. Hoje, produz apenas metade do que produz um único sul-coreano. No mesmo período, o trabalhador brasileiro, que produzia o equivalente a 73,9% de um alemão, passou a entregar só 25,7% - é preciso quatro brasileiros para atingir a produtividade de um alemão.

Um ranking sobre a produção de riqueza por trabalhador da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que o Brasil tem um dos piores indicadores: entre os 47 países estudados, a economia brasileira ocupa a 43.^a posição. Em 2015, cada brasileiro empregado produziu uma média de US\$ 30,7 mil. Na liderança está a Irlanda, onde cada empregado gerou US\$ 159,7 mil.

Economistas dizem que a baixa produtividade é um dos fatores para o País não conseguir ter crescimento sustentável com baixa inflação e aumento de emprego. “Quanto mais produtivos são os trabalhadores, maior é o crescimento do País, o que tende a gerar mais arrecadação”, explica Lima Junior.

O governo argumenta que a proposta de que o negociado possa prevalecer sobre o legislado em determinados casos, como na jornada de trabalho, é um dos caminhos para elevar a produtividade.

De acordo com o estudo do Planejamento, os trabalhadores incluídos em negociações coletivas em outros países costumam ser “mais protegidos” do que os demais, que dependem da legislação.

Segundo Lima Junior, as empresas concedem essa maior proteção porque têm a contrapartida em produtividade. É o que ocorre, por exemplo, com a redução da jornada. “Você tem direitos e incentivos. Quem produz mais, ganha mais”, explica.

A aposta do governo é que os trabalhadores, ao perceberem os benefícios, se tornem adeptos da negociação coletiva. Críticos da ideia, porém, dizem que ela poderá impor a vontade do patrão sobre os empregados.

Entre 2012 e 2014, as negociações coletivas abrangeram apenas 0,12% dos empregados com carteira assinada no País. A taxa de cobertura dos acordos coletivos é de 13% nos Estados Unidos, 35% no Reino Unido, 62% em Portugal e 95% na França.

O governo também quer democratizar o regime parcial de trabalho, com jornada de até 25 horas. Segundo dados do governo, o salário por hora pago ao trabalhador nesse regime é de R\$ 24,48, mais que o dobro do verificado no integral (R\$ 11,67).

Comissão debate MP que acaba com desoneração da folha de pagamento

05/06/2017 – Fonte: Senado Notícias (Postado em 02-06-2017)



A comissão mista que analisa a Medida Provisória [774/2017](#), que acaba com a desoneração da folha de pagamento para vários setores, promove na terça-feira (6), às 14h30, a terceira audiência pública interativa sobre o tema.

Os membros da comissão ouvirão representantes do Ministério da Fazenda, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Associação Brasileira de Telesserviços, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca e da Associação Brasileira das Empresas de Software.

A reunião é interativa, com participação de cidadãos que pode ser feita por meio do portal [e-Cidadania](#).

De acordo com a MP 774/2017, perdem o benefício as empresas do ramo de tecnologia da informação, teletendimento (call center), hoteleiro, comércio varejista e alguns segmentos industriais, como de vestuário, calçados e automóveis. O presidente da comissão mista que analisa a MP o texto é o deputado federal Pedro Vilela (PSDB-AL).

Destruição de emprego na atual recessão é a mais forte em 25 anos

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A parcela da força de trabalho brasileira com alguma ocupação chegou neste ano ao mais baixo patamar em mais de duas décadas.

Nem nas sucessivas crises dos anos 1990, nem durante a turbulência que levou o país pela última vez ao FMI (em 2002), tampouco durante os efeitos da crise financeira global de 2009, a ocupação tinha sido tão abatida como na recessão de agora.

Os economistas Bruno Ottoni e Tiago Barreira, da FGV, reconstruíram a série de mercado de trabalho até 1992, permitindo comparar os dados atuais com os dos últimos 25 anos.

A primeira análise que extraem dessa base de dados é que a destruição de empregos é mais severa na crise atual e persiste mesmo com os sinais mais recentes de estancamento da retração do PIB, no primeiro trimestre.

O percentual médio da força de trabalho que se declarou ocupada, em empregos com carteira assinada, informais, por conta própria e até como empregadores, recuou para 86% entre janeiro e abril deste ano. A força de trabalho inclui ainda os desempregados que procuraram trabalho recentemente.

Antes disso, o mais baixo percentual observado na série ocorreu em março de 2002 (89%), em meio à crise de confiança provocada pela vantagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição presidencial. A atividade econômica também estava enfraquecida pelo racionamento de energia ocorrido um ano antes, no governo FHC.

Ottoni afirma que, no passado, foram breves os períodos em que a população ocupada recuou. Agora, a queda ocorre de maneira contínua desde o início de 2015.

A população ocupada encolheu em 2,3 milhões de pessoas desde que o país mergulhou na recessão, em 2014.

Para Ottoni, a destruição mais forte da ocupação agora é efeito adverso de algo muito positivo que ocorreu nos últimos anos: a maior contratação formal de trabalhadores. O emprego com carteira assinada responde por metade das ocupações, embora a crise tenha reduzido sua vantagem.

No passado a informalidade era maior e, com isso, patrões ajustavam perdas de produção e vendas oferecendo salários mais baixos, sem necessariamente mandar o empregado embora.

Num ambiente em que o regime de trabalho é mais formal -e mais inflexível- o único ajuste possível foi a demissão maciça, diz Ottoni.

O aumento do salário mínimo, acrescenta, agravou a situação, pois impôs reajustes do piso em um ambiente já desanimador na produção. "O custo do trabalho formal passou a ser muito alto."

Renda sofre menos que em outras crises econômicas

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os brasileiros que conseguiram manter seus empregos nos últimos meses sofrem menos os efeitos negativos da crise econômica do que em recessões passadas.

Segundo levantamento feito pelos economistas Bruno Ottoni e Tiago Barreira, da FGV, nas crises passadas, o ajuste para baixo nos rendimentos foi mais intenso.

Eles mapearam as últimas recessões desde 1995, definidas segundo os critérios do Codade (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos). Elas duraram, em média, três trimestres. A queda média de renda acumulada nessas crises foi de 1,55%, já descontada a inflação.

Na atual recessão, que já dura 12 trimestres, a queda na renda foi de 1,22%.

O resultado positivo do PIB no primeiro trimestre deste ano, de 1% ante o trimestre anterior, divulgado pelo IBGE na quinta-feira (1º), ainda não levou o comitê a decretar o fim da recessão.

Economistas afirmam que a economia dá sinais de estabilização, porém em um nível ainda baixo de produção e com o desemprego muito elevado. As dificuldades econômicas, somadas às incertezas políticas, aumentam o risco de uma nova contração do PIB nos próximos meses.

Para Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullet Prebon, o ajuste no mercado de trabalho, embora intenso, não acompanhou a contração total da economia nesta recessão. Desde o segundo trimestre de 2014, o PIB retraiu quase 8%. A ocupação caiu 2,5%.

O rendimento cedeu menos: 1,08%. Desde a segunda metade do ano passado, voltou a subir gradualmente, ajudado pela queda da inflação.

Muitas empresas, embora estejam operando com um nível de utilização baixo, não demitiram parte da mão de obra hoje subproveitada. O que sugere, na visão de Montero, que, antes de contratar, os empresários vão dar mais trabalho aos atuais funcionários.

"Antes de ocupar os desempregados, precisaremos ocupar os empregados", escreveu Montero em relatório.

Ottoni também prevê que a ocupação só deve reagir no terceiro trimestre deste ano. "Caso a crise política seja driblada, e as reformas, implementadas, é possível que vejamos o desemprego comece a ceder no fim do ano."

Queda de juros vira oportunidade para consumidor renegociar dívida

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O ciclo de queda de juros sustentado pelo Banco Central neste ano favorece o consumidor que quer trocar uma dívida cara, contratada quando a Selic estava em patamar maior, por uma mais barata.

A diferença pode não ser tão gritante, mas ainda é vantajosa para quem busca renegociar, segundo especialistas.

Desde outubro de 2016, a taxa básica de juros (Selic) caiu de 14,25% para 10,25%, uma redução de quatro pontos percentuais pelo Banco Central, diante do cenário de inflação perdendo força e economia em recessão.

No mesmo intervalo, a taxa média cobrada em empréstimos a pessoas físicas caiu de 74,3% para 68,1% ao ano.

Esse número, por ser uma média, não necessariamente reflete a realidade encontrada nos bancos. Segundo Roberto Kanter, consultor da GC-5 Soluções Corporativas e professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a inadimplência elevada ainda faz as instituições repesarem o repasse da queda de juros para o consumidor final.

Se não há uma queda substancial no juro, o banco tem interesse em receber o dinheiro que o investidor deve.

Logo, afirma o professor da FGV, é preciso ser "ousado" na hora de sentar e renegociar: "O 'não' o cliente já tem. Então por que não pedir um desconto maior?". O poder de negociação aumenta conforme o tempo e proporção da dívida: as mais antigas têm potencial maior de barganha, segundo Kanter.

Marcela Kawauti, economista-chefe do birô de crédito SPC Brasil, também vê uma janela de oportunidade para negociar.

"Os bancos não conseguem novos clientes com facilidade, então acham melhor ajudar o cliente antigo a pagar a dívida do que tentar prospectar um novo."

O importante é só negociar se o cliente tiver condições de arcar com as parcelas do novo empréstimo. Se puder pagar à vista, então, melhor.

"Renegociar e deixar de pagar torna mais difícil que o banco dê uma terceira chance ao devedor", diz o economista do SPC Brasil.

ESTEJA PREPARADO

Antes de sentar com o gerente, a dica é fazer um levantamento de todas as dívidas. Isso inclui não apenas cartão de crédito, cheque especial e outros empréstimos mas também contas atrasadas, como luz, gás e aluguel.

Só aí é possível calcular o valor necessário para quitar as pendências, afirma Paula Sauer, planejadora financeira da associação Planejar.

Na hora de negociar o número de parcelas a serem pagas (e, portanto, o valor delas), é importante que o endividado use o bom senso.

"Não precisa ser a parcela mínima nem uma que você tenha que contar com a sorte para pagar. Tem que caber no bolso", afirma.

Com o dinheiro, o consumidor deve priorizar o pagamento das dívidas com juros maiores -cartão de crédito e cheque especial, por exemplo. Mas sem deixar de lado contas de serviços que podem ser cortados.

Vale também considerar vender bens para ajudar a pagar a dívida. "Mesmo que seja um sacrifício temporário, é importante para resolver a situação. Vender o carro e ficar sem ele por um tempo, por exemplo", recomenda Kawauti, do SPC Brasil.

FIQUE ATENTO

Estratégias importantes na renegociação

Conheça suas dívidas

Faça o levantamento de tudo o que você deve. Isso inclui não só empréstimos bancários, cartão de crédito e cheque especial mas também contas atrasadas (luz, aluguel etc.)

Saiba como estão suas finanças

Antes de ir ao banco tentar um empréstimo mais barato, é preciso saber como está sua situação. Calcule qual o seu gasto fixo por mês (comida, aluguel, escola etc.), quais outras fontes de consumo você costuma ter (viagem, cinema e restaurantes) e quanto sobra

Calcule quanto você pode pagar

Não dilua tanto as parcelas a ponto de perder de vista o horizonte de quando o empréstimo terminaria. Por outro lado, não escolha uma parcela que possa comprometer seu orçamento mensal caso ocorra algum contratempo

Pesquise

Antes de ir no banco onde estão suas dívidas, faça uma pesquisa nos concorrentes

Priorize as dívidas

Depois de fechar a renegociação, é importante pagar dívidas com juros mais elevados e contas cujos serviços podem ser cortados

Nova lei do ISS derruba receita de sedes de bancos

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após a mudança na lei do ISS (Imposto Sobre Serviços), aprovada na última terça-feira (30) pelo Congresso, municípios-sede de empresas financeiras avaliam como sobreviver sem o imposto.

A votação da semana passada alterou a forma de recolhimento do tributo: hoje, ele é feito pela cidade onde a empresa tem sede, mas passará a ser cobrado no local de prestação do serviço.

No município de Poá (SP), o Itaú representa 40% de toda a receita corrente, segundo o secretário da Fazenda, Robson Senziali. A cidade é sede das operações de cartões e de leasing do banco.

"Estamos no aguardo da regulamentação dessa mudança. As ações que serão tomadas vão depender do prazo de transição, que pode ir de 90 dias até um ano."

Em Barueri, onde empresas como Santander, Alelo e Elo têm sedes, a perda anual estimada é de R\$ 200 milhões, o que representaria uma retração de 22,2% dos recursos do ISS e 8,4% da arrecadação total da cidade.

A prefeitura aguarda uma medida normativa por parte do governo federal para poder precisar o impacto, mas destaca, em nota, que manterá seus serviços e investimentos em infraestrutura.

Em Osasco, onde fica a Cidade de Deus, sede do Bradesco, a queda ainda não foi calculada, afirma Sidney de Siqueira, diretor do departamento tributário. "O efeito será relevante, mas não tanto como em cidades menores."

O município arrecadou R\$ 440 milhões com ISS nos 12 meses até fevereiro deste ano. O imposto sobre serviços responde por cerca de 53% da receita tributária de Osasco.

Entenda a mudança

Como é hoje?

Tributo é recolhido na cidade onde a empresa tem sede

Como fica?

Arrecadação passará à cidade onde o serviço for prestado

Quem ganha?

Segundo entidades de prefeitos, a mudança restringe a guerra fiscal e distribui a renda entre mais municípios; bancos avaliam que a renda extra por cidade será pouco relevante

Quem perde?

Empresas financeiras e de planos de saúde afirmam que a regra cria um pesadelo operacional e a alta do custo pode inviabilizar a prestação dos serviços em cidades menores

O BNDES do futuro busca onde está o novo, diz Rabello

05/06/2017 – Fonte: EM.com

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, comparou nesta segunda-feira o que o banco de fomento fazia no passado com o que ele pretende fazer no futuro. Durante entrevista no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, Rabello disse que o BNDES do futuro buscará "onde está o novo".

"Eu vejo um BNDES do futuro que busca onde é que está o novo, que ainda não tem mercado. Vamos dizer, uma área de inovação, uma área de microempreendimento... as áreas em que o setor privado ainda não tem muito apetite", afirmou.

Segundo Rabello, no passado, o BNDES escolhia setores para investir, o que acabava gerando graves exclusões. O presidente disse, ainda, que pretende capilarizar a presença do BNDES, "ainda que virtual", no território nacional.

Resgates dos títulos de capitalização estancam no 1º trimestre

05/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A venda de títulos de capitalização teve queda no primeiro trimestre, na comparação com 2016, mas a receita líquida subiu após duas diminuições seguidas.

Esses papéis são vendidos por seguradoras e remuneram o dinheiro com a TR (taxa de referência). Além disso, promovem sorteio para os detentores do produto.

Os proprietários podem resgatá-los antes do prazo. Nos últimos anos, a retirada de dinheiro dos títulos subiu, mas, neste ano, estancou.

É a diminuição dos resgates que melhorou o resultado do começo de 2017.

A Fenacap (Federação Nacional de Capitalização) observou essa tendência e notou que a poupança teve queda de captação líquida, afirma Carlos Alberto Correa, presidente da entidade.

A federação criou um programa de comunicação entre as associadas cuja ideia foi "fazer com que as pessoas entendam que, se ficarem até o fim [dos cinco anos do título], concorrerão a prêmios", diz.

O Bradesco Seguros vendeu R\$ 1,3 bilhão desse produto no primeiro trimestre.

A empresa mudou o sorteio para estimular os clientes a ficarem mais tempo com o título —a cada ano, aumenta o valor a que eles concorrem.

"É mais atrativo e lúdico. Colocamos séries mais curtas [de sorteios] para participantes terem [mais] chance de ganhar", diz Jorge Nasser, diretor da Bradesco Capitalização.

Os resgates ainda são influenciados pela crise. Quem tem valores imobilizados tende a resgatá-los.

Precisamos combinar com o sistema bancário de avançar no crédito, diz Rabello

05/06/2017 – Fonte: EM.com

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, disse nesta segunda-feira que vai se encontrar na próxima semana com o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, para estabelecer uma "coordenação creditícia". Segundo Rabello, a ideia é aproveitar o momento de queda da inflação e dos juros para combinar com o sistema bancário uma maneira de avançar no crédito.

"O BNDES não tem capilaridade para fazer a distribuição (de crédito). Nós precisamos conversar com os distribuidores para nos ajudar a fazer esse diálogo com o dono da padaria, com o dono da loja de móveis...", afirmou. De acordo com Rabello, "na hora que você começa a dar crédito, se Deus quiser, o emprego começa a retomar. Com o retorno do emprego, o mercado de trabalho deixa de piorar e o rendimento médio começa a surgir".

Rabello também exaltou o esforço do governo em mostrar que a equipe econômica está com discurso alinhado para fazer uma revolução micro e macroeconômica para ressuscitar o crédito.

Ele reforçou que a aprovação das reformas estimularia o investimento do exterior no País, uma vez que os ativos brasileiros estão "baratos". "O BNDES entra nessa briga para poder atuar. A infraestrutura está para ser feita. O BNDES está com alguns instrumentos preparados para entrar na área de saneamento, na área de portos, de aeroportos, na área de energia...".

Recessão no Brasil acabou, diz Paulo Rabello de Castro

05/06/2017 – Fonte: EM.com

O atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, disse nesta segunda-feira, durante entrevista no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, acreditar que a recessão no Brasil acabou. Rabello amparou a justificativa no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) referente ao 1º trimestre de 2017, divulgado na semana passada, que mostrou alta de 1,0%.

"Essa recessão não tem mais para onde ir", disse Rabello. Questionado sobre o possível excesso de euforia do governo federal ao comemorar o número, Rabello rechaçou a afirmativa e disse que a postura foi "absolutamente correta" e que "governo que não comemora não está mais governando". Rabello aproveitou para exaltar a agropecuária, que apresentou alta de 13,4%, e disse que o setor vai, de novo, "brilhar" no segundo trimestre.

Voltando-se aos setores que não apresentaram bons números, como o de serviços, que apresentou estagnação, e a indústria, que subiu 0,9%, Rabello citou o processo reformista e a simplificação tributária como ferramentas necessárias para acelerar o processo de recuperação.

"Aí vocês poderiam me perguntar: 'bom, mas então porque crescia tanto antes da crise? Fatores heterodoxos entraram em cena. Agora estamos pagando o fim do processo de ajuste recessivo. E nos descobrimos também numa situação terrível: a nossa produtividade desde o início dos anos 2000 está parada, salvo no agronegócio", disse Rabello.

Perguntado sobre o que pode acontecer caso as reformas trabalhista e da Previdência não sejam aprovadas, Rabello garantiu que o BNDES "vai entrar em campo de chuteira

e bicuda", com ou sem reforma. "Se houver demanda por investimento, o BNDES vai caprichar velocidade, celeridade para aprovação desse novo processo".

Ao mesmo tempo, Rabello pregou uma postura ponderada na distribuição de crédito. "Não quero que o empresário comece a se amalucar, ele sabe que vai ter que pagar. O BNDES não é casa de caridade. Empréstou, tem que retornar".

Incerteza reduz os investimentos

05/06/2017 – Fonte: Diário do Comércio

A comemoração do governo Temer em relação à suposta saída do País da recessão foi criticada por economistas consultados pela reportagem. Eles contestaram a afirmação do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que "depois de dois anos, o Brasil saiu da pior recessão do século", referindo-se ao crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no primeiro trimestre deste ano frente aos três meses anteriores. Para os especialistas, o País não saiu da crise e a recuperação depende, especialmente, dos desdobramentos políticos.

Na avaliação do economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Sérgio Guerra, "não dá para garantir que o Brasil saiu da recessão". "Uma série de dados têm que ser observados, além do PIB, que avançou, mas o País ainda tem desemprego elevado, confiança oscilante na economia e indicadores da situação atual abaixo dos de expectativa sobre o futuro", justificou.

O economista da Fiemg lembrou que ainda há muita incerteza em relação ao quadro político do Brasil. "Essa incerteza, renovada pelos escândalos na política, reduz as perspectivas para investimentos, que seguem ruins. Vimos que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registrou queda de 1,6%. Somando isso à desconfiança do empresário, isso significa a retomada no investimento tende a ser postergada", alertou.

Consumo - A economista da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Ana Paula Bastos, também avalia que a FBCF representa a alavanca da economia porque retrata os investimentos diretos, que geram emprego e renda. "O comércio depende do emprego, mas o modelo de crescimento econômico continua baseado no consumo e não pode ser mais assim. São os investimentos que irão gerar postos de trabalho", argumentou.

Para Ana Paula Bastos, o resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano não permite afirmar que o Brasil saiu da recessão, mesmo porque, segundo ela, o desempenho foi puxado por apenas um setor, a agropecuária, que cresceu 13,4% em relação ao trimestre anterior. "Sair da crise vai depender do ambiente político. A preocupação é que a política interfira na recuperação", pontuou.

Segundo a economista da CDL/BH, "o comércio ainda está longe de recuperar o que foi perdido". "O setor depende do crédito e do emprego. Com desemprego elevado, quem está sem emprego segura as compras", ressaltou.

Para o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Antônio Porto, o País não saiu da crise principalmente porque o desemprego, que atinge 14 milhões de pessoas no País, ainda é muito elevado.

"A política pode influenciar a economia porque atrapalha a aprovação das reformas, entre outras coisas. Se essas matérias não forem aprovadas, quem vai investir no Brasil? E Isso vale para o investidor estrangeiro e doméstico", concluiu.

Setor de serviços volta a desacelerar em maio, mostra PMI

05/06/2017 – Fonte: Exame

Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) recuou para 49,2, ante 50,3 em abril, em um cenário econômico mais difícil e com a demanda contida



Serviços: setores de Correios e Telecomunicações e Intermediação Financeira foram os únicos a registrar avanço da produção de maio (iStock/Thinkstock)

São Paulo – A atividade do setor de serviços voltou a apresentar contração em maio, com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) recuando a 49,2, ante 50,3 em abril, em um cenário econômico mais difícil e com a demanda contida, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira.

A queda na atividade ocorre depois de o PMI ter apontado expansão em abril, acima de 50 pontos, que separa crescimento de contração, pela primeira vez desde fevereiro de 2015.

“É decepcionante ver o setor de serviços do Brasil de volta ao vermelho em maio, depois de ter mostrado sinais de melhora da sua pior recessão em abril”, disse Pollyanna De Lima, economista da IHS Markit e autora do relatório.

Em maio, houve contração na atividade em quatro dos seis setores monitorados pelo levantamento, com o setor de Hotéis e Restaurantes liderando a desaceleração.

Os setores de Correios e Telecomunicações e Intermediação Financeira foram os únicos a registrar avanço da produção de maio.

A pesquisa apurou que o volume de novos negócios até cresceu, pelo quarto mês seguido, mas a uma taxa mais lenta. O avanço mais tímido pode ser explicado pela incerteza política, pelas pressões competitivas e pelo cenário econômico desafiador.

A menor produção também levou ao declínio adicional de empregos, já que as empresas foram obrigadas a reduzir custos operacionais.

Segundo a pesquisa, 14 por cento dos entrevistados indicaram um declínio no número de funcionários, e apenas 7 por cento relataram crescimento na quantidade de empregados.

O nível de confiança dos entrevistados permaneceu abaixo da média de longo prazo, mas cresceu na comparação anual. Quase metade dos empresários relatou grau de sentimento positivo, diante dos planos de reestruturação e com a expectativa de melhores condições econômica e política.

A piora do PMI de serviços veio na contramão da pesquisa industrial, que mostrou alta para 52 em maio, ante 50,1 de abril. Dessa forma, o PMI Composto do Brasil permaneceu em 50,4 em maio.

Focus mantém projeção de corte de juros à espera da ata do Copom

05/06/2017 – Fonte: Exame

Economista mantiveram a expectativa de corte de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros na próxima reunião do Copom



Copom: economistas esperam agora a divulgação da ata da última reunião, na terça-feira, para calibrar suas apostas (Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Economistas das principais instituições financeiras mantiveram a expectativa de corte de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros na próxima reunião, depois da indicação do Banco Central de que deve optar por uma redução menor.

O BC cortou na semana passada a Selic em 1 ponto percentual, a 10,25 por cento. No Focus, os especialistas já haviam alterado a expectativa para o resultado da reunião de julho antes da decisão da última quarta-feira e agora mantiveram as contas, permanecendo também a perspectiva de que a taxa terminará a 8,5 por cento tanto em 2017 quanto em 2018.

O BC citou o cenário básico e o atual balanço de riscos para dizer que entende que uma redução moderada do ritmo de afrouxamento monetário em relação ao adotado na semana passada deve ser adequado na próxima reunião.

Os economistas esperam agora a divulgação da ata da última reunião, na terça-feira, para calibrar suas apostas. Na sexta-feira, o mercado de juros futuros precificava apostas quase divididas de uma redução de 0,75 ponto e 0,50 ponto.

Já o Top-5, grupo que reúne aqueles que mais acertam as projeções, voltou a reduzir a expectativa para a Selic este ano, a 8,38 por cento de 8,63 por cento, na mediana das projeções de médio prazo. Para 2018, eles continuam vendo a taxa básica de juros a 8 por cento.

Em relação à inflação, a estimativa para este ano caiu em 0,05 ponto percentual, a 3,90 por cento, enquanto que para 2018 permaneceu em 4,4 por cento.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), houve pequenos ajustes neste levantamento, com a expansão este ano calculada em 0,50 por cento, de 0,49 por cento antes, e para 2018 caindo a 2,40 por cento, de 2,48 por cento.

Adesão ao novo Refis vai até 31 de agosto; previsão do governo é arrecadar R\$ 8 bi

05/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Medida provisória que trata do programa de renegociação das dívidas de pessoas físicas e jurídicas com o governo foi publicada no "Diário Oficial"

Ao publicar a nova medida provisória do Refis, o governo estipulou as regras para pessoas físicas e jurídicas que têm dívidas com a União poderem aderir ao programa

de renegociação. Entre essas regras, está o prazo de adesão até 31 de agosto. A estimativa do governo, até o momento, é arrecadar neste ano R\$ 8 bilhões.

O parcelamento será chamado de Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

O último programa, também previsto em MP, foi alterado pelo Congresso Nacional. Após discussões entre parlamentares e a equipe econômica, porém, o governo decidiu deixar a medida perder a validade e editou uma nova medida provisória.

Ao contrário do último Refis, cujo prazo de adesão terminou no fim de maio, o novo parcelamento permitirá desconto em juros e multas – algo que o governo buscava evitar, mas acabou cedendo nas discussões com os parlamentares.

Nesta quarta-feira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou que o novo formato do Refis, não deverá gerar perda fiscal neste ano.

Regras do novo Refis

Pelas regras do novo Refis, os contribuintes poderão liquidar dívidas perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidas até 30 de abril de 2017, e a adesão poderá ser feita mediante requerimento a ser efetuado até o dia 31 de agosto deste ano.

De acordo com a Receita Federal, o novo Refis abrangerá os “débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, mesmo que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, desde que o contribuinte previamente desista do contencioso”.

O contribuinte também poderá incluir neste programa as dívidas que já tenham sido incluídas em outros parcelamentos, acrescentou o governo.

“Ao aderir ao programa o contribuinte se compromete a pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”, informou o Fisco.

Segundo o governo, a adesão implica confissão irrevogável e irretroatável dos débitos indicados para compor o PERT, ficando vedado a inclusão do débito em qualquer outra forma de parcelamento posterior, exceto em pedido de reparcelamento ordinário.

Modalidades

O novo programa de parcelamento possibilita ao contribuinte optar por uma das quatro modalidades abaixo:

1 – Exclusiva para débitos na Receita, o contribuinte pode optar pelo pagamento à vista, com, no mínimo, 20% de entrada e o restante a ser quitado com créditos de prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal, sem reduções, podendo parcelar eventual saldo em até 60 meses.

2 – Para débitos na Receita e na Procuradoria da Fazenda Nacional, a opção pode ser pelo parcelamento em 120 prestações, sem reduções, sendo:

- **0,4% da dívida nas parcelas 1 a 12;**
- **0,5% da dívida nas parcelas 13 a 24;**
- **0,6% da dívida nas parcelas 25 a 36;**
- **parcelamento do saldo remanescente em 84 vezes, a partir do 37º mês**

3 – Também para débitos na Receita e na Procuradoria da Fazenda Nacional, pode ser feita opção pelo pagamento de 20% em 2017, em 5 parcelas, sem reduções, e o restante em uma das seguintes condições:

- **quitação em janeiro de 2018, em parcela única, com reduções de 90% de juros e de 50% das multas; ou**
- **parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 40% das multas; ou**
- **parcelamento em até 175 parcelas, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas, com parcelas correspondentes a 1% sobre a receita bruta**

4 – Para dívidas inferiores a R\$ 15 milhões no âmbito da Receita e da Procuradoria da Fazenda Nacional, o contribuinte pode optar pelo pagamento de 7,5% em 2017, em 5 parcelas, sem reduções, e o restante a ser quitado em uma das seguintes condições, com utilização cumulativa, nesta ordem, de reduções de acréscimos e o aproveitamento de créditos:

- **Pagamento integral em janeiro de 2018, com reduções de 90% de juros e de 50% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal; ou**
- **Parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 40% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal; ou**
- **Parcelamento em até 175 parcelas, com parcelas correspondentes a 1% sobre a receita bruta do mês anterior, não inferior a 1/175, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas e utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa ou outros créditos próprios de tributos administrados pela Receita Federal.**
- **No caso da PGFN, não se aplica a esta modalidade 4 a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa, sendo substituída pela possibilidade do oferecimento de bens imóveis para a dação em pagamento.**
- **Créditos de prejuízos fiscais**

A Receita Federal informou ainda que, nas modalidades em que permitidas, admitem-se créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016:

- **próprios ou do responsável tributário ou corresponsável pelo débito;**
- **de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou**
- **de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação.**

O governo informou ainda que os valores dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL serão determinados por meio da aplicação de alíquotas definidas na referida medida provisória.

“O deferimento do pedido de adesão ao PERT fica condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer até 31 de agosto de 2017”, informou a Receita Federal.

Parcelas

Enquanto a dívida não for consolidada, segundo as regras do programa, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas.

O valor mínimo de cada prestação mensal, ainda segundo o governo, será de R\$ 200,00 para o devedor pessoa física e de R\$ 1 mil para a pessoa jurídica.

A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que editarão, em até 30 dias, os atos necessários à execução dos procedimentos do PERT.